

Bruna Tassis

PLANEJAMENTO TURÍSTICO E PROCESSOS URBANOS

O desenvolvimento urbano e turístico de Mariana, Minas Gerais

**Belo Horizonte , MG
Centro Universitário UNA
Agosto 2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Bruna Tassis

PLANEJAMENTO TURÍSTICO E PROCESSOS URBANOS

O desenvolvimento urbano e turístico de Mariana, Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Turismo e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dra. Marta Araújo Tavares Ferreira

**Belo Horizonte , MG
Centro Universitário UNA
Agosto 2009**

T214p

Tassis, Bruna

Planejamento turístico e processos urbanos: o desenvolvimento urbano e turístico de Mariana, Minas Gerais / Bruna Tassis. – 2009

95f.: il.

Orientador: Prof. Dra. Marta Araújo Tavares Ferreira
Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário UNA, 2009. Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente.
Bibliografia f. 87-94

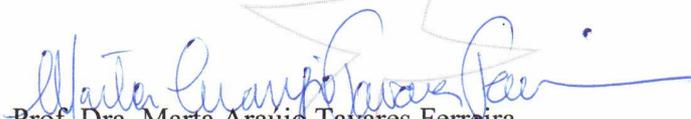
1. Turismos e planejamento urbano. 2. Turismo – Mariana MG.
I. Ferreira, Marta Araujo Tavares. II. Centro Universitário UNA. III. Título.

CDU: 338.484

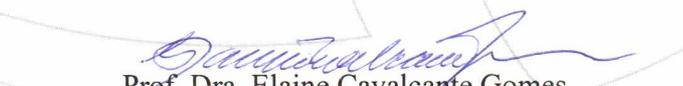
**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE MESTRADO EM
TURISMO E MEIO AMBIENTE DE BRUNA TASSIS, REALIZADA NO DIA 25 DE
AGOSTO DE 2009.**

Aos 25 de agosto de 2009, às 14 horas, no Centro Universitário UNA, situado na Rua Guajajaras, 175, Bairro Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, reuniu-se a Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Mestrado em Turismo e Meio Ambiente, para julgar a defesa de dissertação da aluna **BRUNA TASSIS**, intitulada "**PLANEJAMENTO TURISTICO E PROCESSOS URBANOS**", requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Turismo e Meio Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores: Dra. Marta Araújo Tavares Ferreira, orientadora e presidente da Comissão; Prof. Dra. Wanyr Romero Ferreira (Examinador da UNA) e Prof. Dra. Elaine Cavalcante Gomes (Examinadora Externa, da Universidade Federal de Viçosa). Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, procedeu à apresentação dos presentes e das normas da defesa da dissertação, passando a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Após a arguição pelos membros da Comissão e a defesa da dissertação pela candidata, a Comissão Examinadora reuniu-se sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão decidiu pela **APROVAÇÃO** da candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão examinadora.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2009.


Prof. Dra. Marta Araújo Tavares Ferreira
Orientadora


Prof. Dra. Wanyr Romero Ferreira
Examinador (UNA)


Prof. Dra. Elaine Cavalcante Gomes
Examinador Externo (Universidade Federal de Viçosa)

una

Campus Aimorés
Rua Aimorés 1451
30140 071 . Lourdes
Belo Horizonte . MG

Campus Afonso Pena
Av. Afonso Pena 1500 / 10º andar
30130 005 . Centro

Campus Barreiro
Rua Afonso Vaz de Melo 465
36640 070 . Barreiro
Belo Horizonte . MG

Campus Barro Preto
Rua Goitacazes 1159
30190 051 . Barro Preto

Campus Buritis
Rua José Cláudio Resende 80
30455 590 . Estoril
Belo Horizonte . MG

Campus Contagem
Av. João César de Oliveira 6620
32040 000 . Beatriz

Campus Liberdade
Rua da Bahia 1764
30160 011 . Lourdes
Belo Horizonte . MG

Campus Raja
Av. Raja Gabáglia 3950
30350 540 . Estoril

*Com o desejo diário de que se
orgulhem de mim, dedico todo
meu esforço aos meus pais:
Ivanor e Dadah, e ao Davi, de
quem me orgulho todos os dias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Marta que confiou em mim e no meu trabalho e que, com sua capacidade, em muito contribuiu para o desenvolvimento do estudo.

Agradeço às Professoras Wanyr Romero e Elaine Cavalcante Gomes por participarem da banca e colaborar enriquecendo a dissertação com seus conhecimentos.

Agradeço aos professores do mestrado e aos mestres que serviram de referência ao longo do caminho, em especial Pedro Novais Lima e Rita de Cássia Veloso, que foram mais que mestres, mas se fizeram grandes amigos.

Agradeço aos colegas de mestrado que fizeram desta jornada um caminho mais leve e agradável. Especialmente às amigas: Dani, Núbia, Rachel, Elaine e a Karine.

Agradeço aos meus pais por todo o suporte, torcida, encorajamento e fé.

Agradeço aos meus irmãos Tarso, que em nenhum momento poupou esforços ou recursos de toda sorte para possibilitar este momento, além da enorme ternura para comigo, e Tassinho por me incentivar e me apoiar.

Agradeço ao Davi pelo estímulo, pela compreensão dos momentos em que me ausentei de sua preciosa e agradável companhia e por todos os sorrisos e olhares que justificam qualquer esforço.

Agradeço aos meus sobrinhos Isabella e Rafael por também colorirem minha vida e à minha cunhada Olga pela amizade e constante torcida.

Agradeço ao Leandro pela dedicação, pelo carinho e pelo colo nos momentos em que precisei. A sua presença e incentivo foram essenciais no processo.

Agradeço também aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado e incentivaram, ou mesmo aqueles que de longe torceram.

Em especial agradeço à minha querida amiga e comadre Selma que me acolheu com tanta amabilidade e com sua peculiar alegria em sua casa.

Ao Breno por também me hospedar quando precisei.

Ao Bruno por sempre me receber tão bem em sua casa durante minhas estadias em BH.

Às minhas tias Ana e Lecyr que com carinho me recebem e são minha referência de família em BH.

E à Deza, que, há mais tempo, também me acolheu com carinho e incentivou nesta jornada.

Agradeço aos colegas de trabalho pela convivência e estímulo.

Agradeço a todos que se sentem parte deste momento e felizes por esta conquista.

Mas, acima de tudo, agradeço a Deus por colocar cada uma destas pessoas em minha vida, recheando meu caminho com tanto amor, afeto e amizade.

RESUMO

O turismo é um fenômeno complexo não apenas de natureza econômica, mas também social, cultural, espacial e política. Nesta pesquisa analisa-se as relações do turismo com os processos urbanos e a importância do planejamento do turismo para um melhor entendimento da realidade local como forma de se estabelecer objetivos e alcançá-los. Este estudo analisa o turismo na cidade de Mariana (Minas Gerais), cujo segmento turístico é o turismo cultural, e sua relação com outros processos urbanos do município com objetivo de verificar a harmonização entre estas dinâmicas e o planejamento turístico.

Palavras chave – Planejamento turístico, Processos Urbanos, cidade de Mariana

ABSTRACT

The tourism is a complex phenomenon not only of economical nature, but also social, cultural, space and political nature. In this research the relations of the tourism among the urbane processes are analyzed, and also the importance of tourism planning for a better understanding of the local reality to establish objectives and to reach them. This study analyses the tourism in Mariana's city (Minas Gerais), which tourist segment is the cultural tourism, and his relation with other urbane processes of the local town with objective to check the harmonize between these dynamics and the tourist planning.

Key words – Tourism planning, urban process, Mariana city

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –Figura

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMT – Organização Mundial do Turismo

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

AGETURB - Associação de Guias de Turismo em Mariana

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

MTur – Ministério do Turismo

MinC – Ministério da Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Paisagem de Mariana com o antigo Ginásio	76
Figura 2 - Construção do Centro de Convenções	76
Figura 3: Sinalização turística	77
Figura 4 - Igreja de São Francisco de Assis e detalha da trinca	84

LISTA DE TABELAS

- TABELA 01 – Produto Interno Bruto (PIB) de Mariana, a preços constantes de 1996. Período de 1985 -1996 pág 60
- TABELA 02 - População Economicamente Ativa, por setor (%), Mariana - 1970 / 1991..... pág 61
- TABELA 03 - Pessoal ocupado por atividade, Mariana-MG (1998)..... pág 61
- TABELA 04 - População total residente, por localização urbana e rural, e taxas médias de crescimento anual (%) Mariana e Minas Gerais – 1991/2000 pág 63
- TABELA 5: Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio (%): Município de Mariana, seus Distritos e Minas Gerais 2000 pág 64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PROCESSOS URBANOS E PLANEJAMENTO DO TURISMO	15
1.1. Processos urbanos	15
1.2. Planejamento do Turismo	22
1.2.1. <i>Turismo Cultural</i>	28
1.2.2. <i>Patrimônio</i>	34
2. O CASO DE MARIANA, MINAS GERAIS	43
2.1. Procedimento metodológico	43
2.2. O processo de formação das cidades do Ciclo do Ouro das Minas Gerais	45
2.3. O processo de formação da cidade de Mariana – breve história do século XVI ao início do século XX	52
2.4. A valorização da arquitetura colonial mineira como patrimônio histórico, artístico e cultural	55
2.5. Processos urbanos atuais em Mariana	58
2.5.1. <i>Economia</i>	59
2.5.2. <i>Patrimônio e desenvolvimento urbano</i>	62
2.5.3. <i>Normas, Planos e Projetos de desenvolvimento em Mariana</i>	66
2.5.4. <i>O turismo em Mariana – percepções de representantes do poder público e do empresariado</i>	72
2.5.5. <i>Planejamento turístico e processos urbanos em Mariana</i>	79
CONCLUSÃO	82
OBRAS CONSULTADAS	87
ANEXO	95
APÊNDICE	96

INTRODUÇÃO

A presente dissertação discute a relação entre o turismo e o espaço urbano. Pretende-se abordar as ações de planejamento voltadas ao desenvolvimento do turismo e as interações deste processo com outros processos urbanos, por vezes divergentes entre si. Discute-se a atual visão economicista da nova gestão urbana, apontada criticamente por Vainer (2000), cujo enfoque atual é da cidade como empresa que deve ser vendida como mercadoria num grande mercado competitivo internacional. Esse enfoque explica a visão reducionista adotada hoje pelos gestores municipais a fim de atrair capital. E o turismo é hoje uma atividade de muita visibilidade por causa de sua grande possibilidade de geração de renda.

A importância econômica da atividade turística para os países é flagrante. Não há como fugir a essa realidade. Aquele que não estiver habilitado para tal, precisará fazê-lo, pois é um fenômeno mundial. Em 1980, por exemplo, a Organização Mundial do Turismo registrou um volume de US\$ 105,3 bilhões, crescendo, em 1997, para US\$ 443,8 bilhões o movimento decorrente dessa atividade em todo o planeta (Hazin, Oliveira, Medeiros *apud* Galindo; Guimarães, 1999: 5)

A importância, principalmente econômica, da atividade turística é evidente. No entanto, é necessário que o planejamento turístico não reduza o turismo a apenas uma atividade econômica, pois o turismo influencia e é influenciado por diversos processos econômicos, sociais, culturais, ambientais e espaciais. Mesmo em face de sua forte importância econômica mundial, o turismo deve ser estudado em todas as suas dimensões já que sua *práxis* influencia diversos processos.

Nesta dissertação pretende-se focar e analisar o caráter socioespacial do turismo, já que o turismo é uma atividade que influencia diretamente a construção do espaço ao demandar intervenções espaciais no espaço urbano, concorrer e interagir com outras atividades e processos urbanos que também demandam intervenções espaciais, por vezes divergentes.

Estrategicamente o turismo vem sendo adotado por diversas instâncias nacionais e internacionais como elemento captador de recursos. Com o objetivo de gerar mais atração e diferenciar os produtos turísticos para entrar no concorrido mercado das cidades, as intervenções urbanas têm se tornado fortes aliadas do planejamento do turismo.

Mas essas intervenções urbanas, mesmo quando direcionadas ao desenvolvimento qualitativo¹ do turismo, influenciam e são vivenciadas por todos os processos socioespaciais existentes no município e na região. Assim, ao se realizar uma intervenção urbana, o maior número de processos relacionados a esta intervenção deve ser avaliado.

Segundo David Harvey (2006), a construção de novos espaços urbanos através da arquitetura e do projeto urbano começou em 1973 em Baltimore, como forma de promover o redesenvolvimento urbano. A experiência deu certo: “no primeiro ano (1970), ela recebeu 340.000 visitantes, alcançando, em 1973, quase dois milhões” (HARVEY, 2006, p. 91) e muitas cidades tentaram repetir essa fórmula em busca do resultado. “Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana de empreedimentismo urbano intensificado” (HARVEY, 2006, p. 92).

Essas intervenções urbanas além de atuar diretamente nas dinâmicas urbanas da cidade, podem descaracterizar os núcleos urbanos, comprometendo, conseqüentemente, ações do planejamento voltadas para ampliação qualitativa do turismo.

Um dos grandes riscos dessas intervenções é a homogeneização, tendo como conseqüência a perda da identidade local, ou seja, uma padronização. A fim de atrair turistas à destinação acaba-se gerando lugares com identidades regionais fabricadas.

A padronização globalizada das destinações turísticas tem conduzido ao esgotamento da própria atividade turística, à pasteurização dos lugares. Não incluindo seus cidadãos, cultura e modos de viver, apaga qualquer possibilidade de apreensão sobre os processos históricos específicos ao lugar. (CHOU, 2006, p. 21).

Assim, para Otília Arantes (2001, pag. 131), a intervenção urbana deve se dar “de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente modesta, buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais”. O planejamento e o desenvolvimento do turismo devem

103_____

¹ Entende-se desenvolvimento qualitativo do turismo como o desenvolvimento responsável da atividade turística, o desenvolvimento que avalia o potencial local e investe no turismo aliado ao desenvolvimento local sem, contudo, explorar as vantagens econômicas imediatistas advindas da atividade turística que desvalorizam ou consomem todos os recursos naturais, culturais e sociais da região receptora.

estar intrinsecamente ligados à harmonização junto aos processos urbanos para que o desenvolvimento do turismo destaque suas potencialidades, minimize suas fraquezas, sem que o núcleo urbano perca a sua identidade ou seu referencial histórico.

O objetivo da presente pesquisa é discutir a relação entre turismo e processos urbanos e analisar o papel do planejamento do turismo como facilitador do equilíbrio dessa relação.

Nesta dissertação esta relação será analisada no município de Mariana em Minas Gerais. Mariana é um município cujo centro histórico é tombado pelo IPHAN devido a sua importância histórica, cultural e arquitetônica e com grande potencial para o turismo cultural. Seu desenvolvimento, como se verá mais adiante, se deu a partir da exploração mineral na região que, até hoje, é importante atividade econômica. A pesquisa irá levantar dados referentes ao turismo e seu desenvolvimento em Mariana e verificar a relação entre a atividade turística e os outros processos urbanos correlatos, e como, se dá o planejamento do turismo no município.

1. PROCESSOS URBANOS E PLANEJAMENTO DO TURISMO

1.1. Processos Urbanos

A presente pesquisa, ao adotar a abordagem de processos deseja trabalhar o turismo como uma unidade de análise, particularizando cada caso. Acredita-se que só haja bom planejamento quando não há generalizações ou padronizações e que estas podem ser perigosas qualitativamente para o planejamento. O caráter econômico de uma localidade não está separado de toda a sua realidade, portanto não deve ser o parâmetro único de tomada de decisões.

Para entender os processos urbanos, deve-se procurar entender o conceito de 'urbano' adotado. A cidade e o urbano não são entendidos aqui como uma mesma coisa, sendo conceitos distintos.

Este estudo não tem a pretensão de definir o urbano, mesmo porque o urbano é uma construção e existem diversos autores que discutem esse conceito. Será adotado o conceito desenvolvido por Lefebvre que tem uma abordagem mais abrangente na discussão do espaço urbano e suas interfaces.

Apesar de suas obras serem da década de 1970, somente em 1991 (ano em que faleceu) foram traduzidas do francês para o inglês, o que contribuiu para atrasar o acesso e a absorção dos argumentos lefebvrianos no mundo acadêmico anglo-saxônico. Mas sua contribuição continua rica e atual.

Edward Soja, em seu livro *Postmetropolis* (2006), valida a abordagem espacial ainda atual do trabalho de Lefebvre e afirma que este:

introduziu uma nova perspectiva na política e na ideologia do espaço urbano assim como na geohistória do modernismo e do capitalismo. Mais do que ninguém, Lefebvre criativamente iniciou se não uma revolução urbana atual então uma revolução conceitual nos estudos urbanos que podem culminar, apesar das duas décadas de relativa negligência e incompreensão, numa pronunciada "volta do espaço" que vai ser sentida não apenas nos estudos urbanos mas em todas as ciências humanas² (SOJA, 2006, p. 101).

103_____

² "introduced a trenchant new perspective on the politics and ideology of cityspace as well as the geohistory of modernity and capitalism. More than anyone else, Lefebvre creatively initiated if not an actual urban revolution then a conceptual revolution in urban studies that would culminate, albeit after two decades of relative neglect and misunderstanding, in a pronounced "spacial turn" that would be felt not just in urban studies but throughout all the human sciences" (SOJA, 2006, p. 101 – tradução livre)

A abordagem dos processos urbanos, com foco no turismo e em seu planejamento, deve ser mais ampla do que a visão economicista do espaço urbano. Procura-se aqui apresentar as diversas faces e interações do espaço urbano. Por isso adota-se Lefebvre como teórico do conceito de urbano, porque ele apresenta uma visão mais abrangente e menos reducionista. O caráter socioespacial dos processos urbanos é também defendido e adotado por estudiosos no Brasil, como Heloísa Costa e Geraldo Costa, que afirmam:

o conhecimento teórico sobre os processos socioespaciais urbanos ainda não é definitivo e completo e é cercado por incertezas e limitações. Adotamos aqui a teoria do espaço desenvolvida por Henry Lefebvre “que é de fato uma *economia política* do espaço, oferece um entendimento mais unificado do espaço social (urbano) do que a “tradicional” economia política da urbanização, de inspiração marxista e com forte viés economicista.” (COSTA, H., COSTA, G., 2005, p. 371) .

Segundo Costa e Costa (2005), a abordagem da economia política do espaço inclui em seus estudos também o “espaço social”, que segundo Lefebvre deve ser entendido como “ações sociais de sujeitos tanto individuais quanto coletivos” (LEFEBVRE, 1993, p.33), ou seja, diferentemente do foco da economia política, “um conceito que considera a idéia de ambiente construído para a produção e o consumo, mas ao mesmo tempo vai além dela, incorporando as práticas socioespaciais. Assim, não há separação entre análise e *práxis* na teoria de espaço lefebvriana” (COSTA, H., COSTA, 2005, G., p. 371).

“A proposta de Lefebvre não está focada no objeto, mas no processo, que incorpora a dimensão política do espaço em teoria e prática” (COSTA, H., COSTA, G. 2005, pág 376). É importante que se incorpore a dimensão política na política do espaço, que o seu conceito de urbano amplie o enfoque ‘tradicional’ e que estenda as relações capitalistas de produção praticamente à totalidade do território, ao partir do princípio da “urbanização completa da sociedade”.

Em ‘A Revolução Urbana’, Henri Lefebvre (2004), deixando de lado a evolução das primeiras aglomerações urbanas, traçou uma linha evolutiva da cidade. Primeiramente, o autor caracteriza a *cidade política*: “ela generaliza o que se passou na Europa por ocasião da decomposição das cidades na Idade Média” (LEFEBVRE, 2004, p. 21). É a cidade onde a propriedade do solo é do monarca, que reina sobre um determinado número de aldeias. Ela é ordem, poder, administra, protege e

explora um território extenso. É habitada por artesãos e operários que de forma subordinada fornecem artesanatos e materiais indispensáveis à guerra e ao poder. Em seu vasto território são realizados grandes trabalhos agrícolas como drenagem, irrigação, construção de diques, entre outros. A posse das terras é efetivada mediante pagamento de tributos, pelos camponeses e comunidades.

“A cidade política ainda não é o urbano” (LEFEBVRE, 2004, p. 41). É o que pode ser considerado o ponto de partida do urbano. Nessa cidade existem a troca e o comércio, que aumentam ao longo dos anos, tanto em volume quanto em força. Durante séculos vai-se configurando essa integração do mercado e da mercadoria (pessoas e coisas). Os lugares destinados ao comércio são excluídos da cidade política, que tenta resistir à sua força, à ameaça representada pela mercadoria, pelo mercado, pelos comerciantes e por sua forma de propriedade.

Ainda segundo o mesmo autor, a ágora e o fórum, antes espaços da reunião, são substituídos pela praça do mercado que agora se torna figura central e essencial, agrupando a igreja e a prefeitura ao seu redor. A reunião das pessoas, o encontro, se faz agora no espaço urbano. Cria-se processualmente uma nova concepção da cidade, com arquitetura distinta que traduz essa nova realidade.

Lefebvre (2004) chama de *cidade mercantil* esse novo espaço urbano, a nova forma urbana e a nova relação entre esta e seus habitantes que vem depois da cidade política. “Nessa data (aproximadamente no século XIV, na Europa Ocidental), a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função fez surgir uma *forma* (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano” (LEFEBVRE, 2004, p. 23).

O que acontece neste momento é que se altera a relação entre cidade e campo. A cidade não é mais “uma ilha num universo camponês” (LEFEBVRE, 2004, p. 23). E o campo passa a ser “a ‘circunvizinhança’ da cidade” (LEFEBVRE, 2004, p. 24). Os camponeses passam a produzir para o mercado, e têm nele sua liberdade, conscientes de que, se os mercadores ou os senhores feudais os exploram, podem produzir para a cidade. O campo não é mais a representação dessa sociedade. “Essa inversão de sentido não pode ser dissociada do crescimento do capital comercial, da existência do mercado. É a cidade comercial, implantada na cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica. Ela precede um pouco a emergência do capital industrial e, por conseguinte, a da *cidade industrial*” (LEFEBVRE, 2004, p. 25).

Da mesma maneira que a cidade política está para a cidade política e mercantil, a cidade mercantil está para a cidade industrial. A cidade política lutou para que evitar o crescimento da cidade mercantil (embora na época não existissem esses conceitos assim elaborados) porque de certa forma era entendida (provavelmente não em sua totalidade) a inversão que representava para toda a realidade da época a mudança de paradigma. Da mesma maneira a cidade política e mercantil tenta resistir e se defender mais uma vez da modificação das relações de produção.

A indústria não está necessariamente vinculada à cidade. Ela pode ser implantada em qualquer lugar, embora ela alcance, conquiste e penetre a cidade ou constitua novas cidades. Quando da conquista da cidade pela indústria, aquela se caracteriza pela extensão do tecido urbano, pela subordinação completa do agrário ao urbano, conseqüentemente pelo êxodo rural e pela concentração urbana, e, conforme o próprio autor afirma, “o espaço e a política do espaço ‘exprimem’ as relações sociais, mas reagem sobre elas” (LEFEBVRE, 2004, p. 28).

A cidade normalmente diz respeito a um objeto definido e definitivo, a uma realidade acabada, enquanto o urbano define-se “como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 2004, p. 28). O entendimento e a diferença entre os dois conceitos aqui entendidos e baseados em Henri Lefebvre buscam apresentar o urbano como uma prática social em marcha, em constituição, abrangendo uma totalidade e não uma ciência parcelar. Posteriormente Milton Santos (1996) afirma: “o urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e história da cidade” (SANTOS, 1996, p. 69). Ele ainda afirma que “a história da cidade é a história de sua produção continuada”, a cidade não está estagnada, “ela é ao mesmo tempo região e lugar” (SANTOS, 1996, p. 71) e sua forma se altera e se transforma com o tempo. O mesmo autor continua dizendo que a história da cidade pode ser considerada a história de suas formas que são referências do passado, que foram criadas no passado e têm papel ativo na elaboração do presente e do futuro. Aqui Milton Santos cria uma relação entre espaço e tempo, relação indissociável na formação da cidade e do urbano.

Com relação à inversão cidade-campo ocorrida com a industrialização Monte-Mór afirma:

não foi o problema agrário que se esgotou; a questão agrária continua sendo base de questões políticas e econômicas (além das sociais) importantes no país; foram os problemas rurais que virtualmente se transformaram em problemas urbanos, não dizendo mais respeito à cidade ou ao campo, mas sim à sua síntese dialética, o *urbano*. (MONTE-MÓR, 2005, p. 439).

O urbano não tem um palco específico para acontecer. O urbano é o acontecimento. “O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas” (LEFEBVRE, 2004, p. 46). O urbano não pode ser entendido senão dentro da relação tempo-espaço, a sua forma tem a ver com o seu tempo, o tempo de sua construção, destruição, conservação e remodelação. A forma urbana não se vê, mas deve ser entendida como o encontro, a simultaneidade, a reunião, os vetores e tensões inerentes; e o pensamento urbanístico deve ser entendido a partir desse ponto de vista. O espaço urbano é também espaço social. E, como espaço social, podemos dizer que “é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de poder e reprodução de capital, que se manifesta e arranjos institucionais de poder instituído, embora mutante, que abriga conflitos de interesses e forma de ação coletiva e de coordenação” (LEMOS, SANTOS, CROCCO, 2005, p. 175).

Como o espaço urbano abrange diversas realidades, diversos aspectos e diversos elementos que por vezes são contraditórios, o próprio urbano se torna contraditório e extremamente complexo, como afirma o Lefebvre: “é um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente” (LEFEBVRE, 2004, p. 47). O mesmo autor novamente aborda aqui o caráter virtual do urbano. O urbano não deve ser entendido como um objeto ou alguma coisa que pode ser vista ou tocada. O fenômeno urbano atualmente aparece mais como uma desordem do que como um objeto, a sua realidade seria a de um objeto virtual. “O urbano é o *possível*” (LEFEBVRE, 2004, p. 28), ou seja, ele é uma direção. “O urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana), não o vemos. Nós ainda não o vemos. Será simplesmente o olho formado (ou deformado) pela paisagem anterior que não pode ver um novo espaço?” (LEFEBVRE, 2004, p. 38). Mas por trás de toda desordem existe uma ordem a ser descoberta.

Entende-se o espaço urbano como o espaço econômico socialmente construído, formado por recursos naturais e sua geografia física, e ainda pela história construída pelos homens que nele habitam, através de suas convenções de valores e regras, de seus arranjos institucionais que lhes dão expressão e formas sociais de organização da produção.

A partir das afirmações aqui colocadas e de suas análises, pode-se entender a cidade como uma base, uma forma que pode ser alterada ao longo do tempo; e o urbano pode ser entendido como o conjunto de camadas que se sobrepõem e interagem com essa base. Tais camadas dizem respeito à circulação, ao movimento, ao encontro, às funções, às estruturas, dentre inúmeras outras, que vão sendo sobrepostas. As cidades incorporam ou deixam de incorporar determinados aspectos do urbano ou algumas cidades incorporam o urbano mais rapidamente que outras, ou seja, a base vai acrescentando determinadas camadas e outras não, e cada cidade tem seu tempo de incorporação ou não de determinada camada. É possível que algumas cidades demorem mais para absorver uma característica do que outras. Ao mesmo tempo que, ao interagirem, base e camadas, algumas características podem afetar mais algumas cidades do que outras. A interação, a capacidade de regeneração, as divergências dependem da base que forma a cidade e das camadas do urbano que a compõem. Cada urbano é diferente e por isso há necessidade de estudos particularizados em cada localidade.

A base influencia o modo como o urbano vai sendo incorporado, bem como o urbano altera a base, a forma da cidade.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, 'o tecido urbano' não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (...) ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à 'natureza'. (LEFEBVRE, 2004, p. 17)

O crescimento da cidade, não apenas em tamanho, mas em funções e em complexidade é o que se chama de explosão da cidade. Se na transição da cidade mercantil para a cidade industrial ocorre a inflexão do agrário para o urbano, a partir da cidade industrial ocorre a subordinação completa do agrário ao urbano e, com ela, uma enorme concentração (seja de pessoas, de coisas, de meios, de atividades etc.) na realidade urbana. De acordo com Lefebvre, a implosão-explosão se deve, entre outras coisas, a essa concentração de elementos no urbano.

Embora esteja-se tratando especialmente do caráter espacial do urbano, não se pode esquecer do caráter temporal. O eixo de desenvolvimento do urbano, o eixo que se traçou da cidade política (a qual se tomou como ponto de partida) que foi sucumbida pela mercadoria, sendo esta, por sua vez, engolida pela indústria, esse eixo da realidade urbana “é ao mesmo tempo espacial e temporal” (LEFEBVRE, 2004, p. 18). Somente através desses dois dados vamos entender os conceitos de cidade e de urbano e unir a cidade e o urbano.

Da produção do espaço urbano participam simultaneamente diversas variáveis (política, economia, social e cultural), cada uma destas com suas características e variáveis influenciando ou produzindo camadas à base e se sobrepondo a outras camadas. Cada camada tem uma força e uma direção, por vezes contraditória.

A cidade e o urbano devem ser considerados como uma construção, um resultado de práticas e das representações dos agentes. Os processos urbanos não são a cidade ou o urbano. Os processos urbanos, conforme o próprio nome já diz, são as diversas camadas que compõem o urbano. Cada camada, com sua força, sua característica de formação e sua história, demandando intervenções distintas no espaço urbano e interagindo ou divergindo com outras camadas, pode ser considerada como um processo urbano. Os processos urbanos podem ser entendidos como dinâmicas espaciais que envolvem interações de diversas variáveis. É importante que essas interações sejam alvo de análise, pesquisa e levantamentos para elaboração de planejamento que possa diminuir o impacto dos efeitos ou harmonizar a relação entre os diversos processos urbanos existentes, conflitantes ou não.

O turismo é um dos processos urbanos que atuam na dinâmica urbana e o seu planejamento é muito importante para que a equação urbana seja o mais equilibrada possível.

1.2. Planejamento do Turismo

O turismo tem sido classificado principalmente como atividade econômica, mas ele é, sobretudo, um fenômeno complexo não apenas de natureza econômica, mas também social, política e cultural. Essa caracterização reduzida do turismo tem sido limitadora de uma abordagem mais abrangente, sobretudo em suas expressões territoriais e espaciais variadas e de naturezas distintas.

Embora o turismo tenha inúmeras interfaces com diversas áreas, serão analisados o turismo e sua interface com o urbano. Conforme foi caracterizado no item anterior, os processos urbanos são, por vezes, divergentes e conflitantes entre si, e o turismo, como fenômeno que acontece no espaço urbano, se torna mais um dado nessa equação. “É desnecessário destacar a dificuldade da abordagem da urbanização brasileira no momento atual, marcada pela velocidade e pela técnica, em que as categorias espaço e tempo, agora fundidas, produzem novos nexos” (RODRIGUES, 1999, 72).

“O turismo se expressa em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que ocorrem sincronicamente num mesmo país em escalas regionais ou locais” (RODRIGUES, 1999, 73). O turismo pode expressar-se de forma espontânea sem nenhum planejamento ou de forma planejada. O turismo “expande-se globalmente, não poupando hoje nenhum território planetário, seja em áreas urbanas e rurais, seja em reservas ecológicas - na cidade e no campo, na praia, nas montanhas, nas florestas ou savanas, nos oceanos, lagos, lagoas, rios, mares e ares, até em territórios submarinos” (RODRIGUES, 1999).

A atividade do turismo, de acordo com Dias (2003, p. 35), remete à necessidade do planejamento. Quando o turismo se faz de forma planejada, ele está subordinado às políticas públicas, ou à iniciativa privada, ou à parceria de ambas. Soma-se a essa equação de planejamento o tempo, já que o turismo, como processo espacial, é um fenômeno também temporal.

Ainda segundo Dias (2003), considerando o uso do espaço, o uso do planejamento se faz imprescindível pelas administrações públicas que intentam o desenvolvimento do turismo. Esse planejamento é necessário porque o território é um elemento básico do desenvolvimento turístico, pois abriga os recursos ambientais e culturais dos destinos turísticos, além de ser o espaço físico destinado

à instalação de infra-estrutura e dos equipamentos que irão atender ao fluxo dos visitantes.

O planejamento turístico, para Hall (2001), deve ser estratégico e integrado, não se referindo apenas especificamente à divulgação e ao desenvolvimento do setor, embora estes sejam aspectos importantes. Os principais objetivos do planejamento apresentados por Ruschmann (1997) são: definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades, coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo, prover incentivos para estimular a implantação de equipamentos e serviços turísticos, maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos, visando ao bem-estar da comunidade receptora e à rentabilidade dos empreendimentos do setor, minimizar a degradação dos locais e recursos nos quais o turismo se estrutura e proteger os que são únicos, capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística, garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada, garantir que a imagem da destinação reflita a proteção ambiental e a qualidade dos serviços, integrar o turismo com outras atividades econômicas, dentre outros. Assim sendo, com um planejamento bem elaborado consegue-se minimizar com mais eficiência os problemas futuros e muitas vezes evitá-los.

O planejamento é uma tentativa de organização do espaço. E a falta do planejamento pode se tornar um entrave ao desenvolvimento qualitativo de uma localidade.

O processo de planejamento é estabelecido para que se alcancem objetivos possíveis, para que sejam promovidas melhorias em uma região, para a concretização de uma idéia ou a expansão de demanda de um sistema turístico. Alcançar objetivos é a razão de todo o processo.

O planejamento do turismo, conforme analisado neste trabalho, deve estar associado ao planejamento urbano e regional, deve avaliar os processos urbanos da localidade, se inserir entre estes e não apenas considerar os aspectos econômicos. O turismo pode ser muito bom para as comunidades, mas também poderá ser um grande entrave ao desenvolvimento qualitativo acarretando descaracterização da cultura, empobrecimento social e desequilíbrio ambiental.

Os gestores públicos e os profissionais de turismo são responsáveis por realizar esforços para alcançar o desenvolvimento conjunto do turismo e de outras atividades.

Hall (2001) destaca que o planejamento pode não ser a solução para todos os problemas, mas que é importante porque, ao se voltar para os processos, ele pode minimizar impactos negativos e maximizar retornos econômicos nos destinos, estimulando assim uma resposta mais positiva por parte da comunidade receptora. Mas a constante preocupação apenas com os aspectos econômicos tem trazido impactos negativos de toda ordem às localidades onde o turismo não é objeto de um plano mais amplo e abrangente.

Para Beni (2000), as maiores dificuldades da administração pública do turismo no país são a carência de mão-de-obra qualificada e especializada, além da falta de integração entre os órgãos oficiais de todos os níveis. Essa falta de integração citada por Beni é uma característica geral dos governos no Brasil. Por ser uma atividade que interage com diversas outras, o turismo deve ser desenvolvido e planejado nos diversos âmbitos e por equipes multidisciplinares.

O planejamento do Turismo é uma ferramenta de gestão de destinos. Ele deve estar focado na percepção do panorama atual dos destinos e nos possíveis panoramas futuros e construir metodologicamente um meio que possibilite guiar o destino da situação atual para o futuro desejado, utilizando de forma eficiente os recursos disponíveis para este fim.

O turismo é uma atividade capaz de realizar mudanças espaciais que repercutem na estrutura do lugar e o seu planejamento deve vislumbrar esse dinamismo e levar em consideração não apenas os recursos que podem ser gerados através dessa atividade, mas também os aspectos sociais relevantes e os possíveis impactos socioambientais causados pela instalação da aparelhagem turística.

Contudo, no atual contexto da globalização, o turismo está mais voltado para a ordenação dos territórios a partir de uma lógica de mercado do que para o desenvolvimento social dos lugares.

Ligado às políticas públicas, o planejamento turístico evoca idéias e concepções de espaço, cultura, economia, política e sociedade. Hall (2001), ao delinear a importância das políticas públicas para o turismo, faz uma observação de que as políticas expressam idéias ligadas a um tipo de governo e suas ações espaciais são decorrentes de uma estrutura lógica pensada pelo Estado numa intervenção espacial. A elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e as políticas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais de governo e

outros aspectos do sistema político. A política deve, portanto, ser encarada como uma consequência do ambiente político, dos valores e das ideologias, da distribuição de poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão (HALL, 2001, p. 26).

O planejamento é uma importante ferramenta administrativa e sua principal função é a construção do processo para se chegar ao futuro desejado. O turismo é uma atividade recente e bastante complexa, já que envolve diversos setores da sociedade e da economia. Sendo assim, seu desenvolvimento requer um planejamento adequado, que deve ser orientado levando-se em conta as restrições ambientais, sociais, culturais e econômicas, sem as quais a atividade continuará crescendo de maneira desordenada, ocasionando resultados negativos imprevistos (BISSOLI, 2000).

O planejamento do turismo deve estar pautado numa estrutura voltada para o futuro, de forma que sua implementação procure minimizar impactos causados pela aparelhagem do turismo. O planejamento não deve estar associado somente à divulgação do setor turístico, promovendo a maximização da atividade para fins lucrativos. Ele é também uma ferramenta com a qual se pode planejar o bem-estar de uma sociedade, melhorando as estruturas e os serviços locais (HALL, 2001).

O planejamento é um processo contínuo e, como qualquer processo contínuo, deve estar em permanente revisão. O planejamento do turismo não pode ser diferente, assim como as políticas que nascem do planejamento e o alimentam, que também merecem constante revisão e atualização. A OMT assim expressa a importância do planejamento turístico:

No caso da política turística, as funções do setor são de grande importância, uma vez que, em comparação com as outras políticas setoriais, se caracteriza por uma grande complexidade que vem determinada por duas circunstâncias fundamentais: a variedade de sub-setores que formam o que se conhece por setor turístico – restaurantes, alojamentos, agências de viagens, etc. – que amplia a tomada de decisões gerais, pois cada sub-setor tem problemas diferentes e específicos; e a heterogeneidade do setor que gera maiores problemas para as administrações públicas em função da coordenação do mercado (OMT, 2001, p. 158).

Em se tratando da escala nacional, o turismo é, genericamente, uma responsabilidade do governo, “que deve formular uma política turística global, especificando o peso que será dado ao setor na economia nacional, quais os

objetivos fundamentais buscados, que meios vão ser empregados para alcançar estes objetivos, etc.” (OMT, 2001, p. 163).

Existe, no Brasil, uma grande lacuna por parte dos gestores públicos em entender que os governos, em todos os níveis, possuem papel central no desenvolvimento do turismo. O desenvolvimento do turismo necessita fortalecer seus órgãos e criar instrumentos públicos representativos dos interesses dos atores sociais do turismo.

É incontestável a importância da ação do poder público no desenvolvimento da atividade turística, sobretudo quando são enfocadas as relações entre o setor e os diversos segmentos. O planejamento do turismo em uma localidade deverá resultar em um plano de desenvolvimento que “constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção de prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução” (RUSCHMANN, 2003, p. 84).

Boa parte dos pesquisadores pensa que o turismo deve ser entendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, integrando o desenvolvimento urbano e rural e criando um processo de desenvolvimento econômico diversificado. E, resumindo de uma maneira geral, afirmam que manter, valorizar e proteger as paisagens naturais e sua diversidade biológica, assim como o patrimônio histórico-cultural, é a base essencial para o desenvolvimento responsável do turismo, contribuindo para a sua manutenção em longo prazo. Mas o conceito geral e os objetivos raramente apresentam uma perspectiva espacial de entendimento do fenômeno do turismo.

Cruz (2001) destaca a importância de existir uma política pública de turismo que leve em consideração o desenvolvimento socioespacial do lugar. O Estado é o principal agente responsável pela elaboração das políticas públicas de turismo colocando metas e diretrizes para a atividade. Segundo essa autora, quando a esfera pública não toma a iniciativa de um planejamento que considere os aspectos socioespaciais, as políticas públicas ficam a critério das intenções da iniciativa privada e de interesses particulares de outros agentes do setor (CRUZ, 2001).

Faz-se essencial o estudo do espaço de cada localidade, para, entre outras coisas, mensurar os impactos que o turismo pode causar. Apesar de não estar isolado e ser aspecto sutil, quando comparado aos interesses econômicos, o espaço

contém particularidades e peculiaridades inerentes à destinação e esse é um fator de atratividade a ser considerado no momento do planejamento.

Dessa forma, o planejamento é fundamental para alcançar o equilíbrio e a harmonia do turismo com os recursos físicos, sociais e culturais das localidades receptoras, evitando que o mesmo destrua as bases que o fazem existir.

Não é apenas o turismo que conforma um espaço. Diversos outros processos são concomitantes ao turismo. O turismo é mais um fator de ação no espaço e por isso deve ser também estudado e abordado dentro de um planejamento mais amplo que trate de suas interfaces com o urbano. O turismo é um agente potencialmente transformador do espaço, mas é o espaço que compõe fator importante de atração para configuração de um destino turístico.

Rodrigues (1999, 75) afirma inclusive que o turismo é uma forma de se livrar “das neuroses urbanas, do cotidiano constrangedor das cidades, como se o trabalho fosse sempre massacrante e a viagem fosse sempre garantia de bem-estar”. E assim emerge a "indústria" do lazer e do turismo, expressão que coloca o turismo como objeto de venda, como mercadoria, enquanto o trabalho procura enxergar o turismo de forma mais ampla.

Embora o turismo não seja uma atividade exclusivamente urbana, é no fato urbano que estão os seus sentidos, tendo em vista a sofisticação dos serviços necessários para sua realização.

O espaço é a essência da produção humana, da relação entre o homem e a natureza, tecido por realizações sociais que se localizam no plano vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são constituídos pela história e cultura, produzindo assim uma identidade. Não levar em conta o espaço e suas transformações, sejam elas causadas pelo turismo ou por outros processos urbanos que nele atuam, é correr o risco de perder a identidade e a essência da atração turística.

O planejamento é, portanto, uma ação a fim de se evitar que um espaço, ao ser ocupado pela atividade turística, venha a vivenciar as conseqüências de uma desorganização espacial e corra o risco de ter seus atrativos “consumidos”.

A falta de estudos nessa relação entre o urbano e o turismo no Brasil pode ser explicada, talvez, pela falta de dados estatísticos específicos dos fluxos turísticos que permitam um estudo mais sistemático do fenômeno. Além do mais, o turismo só muito recentemente tem sido considerado tema importante de estudo. Mas as

conseqüências da acelerada expansão das atividades e dos usos ligados ao lazer e ao turismo estão exigindo maior atenção, tendo em vista o seu significado na geração de fluxos rodoviários, na expansão da urbanização, na criação de novas atividades e no abandono das tradicionais, promovendo rearranjos territoriais.

Como fenômeno complexo que é, o turismo é objeto de segmentação de sua atividade para uma melhor gestão da vocação turística de cada destino. A segmentação é uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. Estas informações caracterizam os principais segmentos da oferta turística: Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, entre outros tipos de turismo³.

Nesta pesquisa é aprofundado o estudo do segmento do Turismo Cultural visto que o estudo de caso é a cidade de Mariana, conhecida cidade histórica de Minas Gerais cujo centro histórico é tombado pelo IPHAN, conforme será visto mais a frente, e cuja arquitetura é referência para o barroco nacional.

1.2.1. *Turismo Cultural*

O patrimônio cultural é a matéria-prima do turismo cultural. Quando um indivíduo é motivado a se deslocar com o objetivo de vivenciar aspectos considerados específicos de uma cultura, este deslocamento é denominado turismo cultural. De acordo com o Ministério do Turismo, o turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”⁴ (BRASIL, 2006, p.10).

103

³ BRASIL, Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo – Marcos Conceituais. Brasília, 2006.

⁴ Este conceito é originário do MTur, em parceria com o Ministério da Cultura e o IPHAN, e com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional de Turismo

Uma das principais motivações da atividade turística é a interação com os bens culturais, e a preservação do patrimônio cultural constitui uma das bases de sustentabilidade da própria atividade.

O turismo cultural tem se transformado em uma expressão popular e ganhado valorização progressiva, pois o patrimônio cultural pode se tornar o elemento diferencial na busca por destinos.

Andrade (1995) afirma que o turismo cultural pode ser definido como aquele tipo de turismo que possui conotação restritiva e abrange exclusivamente as atividades que as pessoas efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade do homem. A experiência humana e todas as suas manifestações se constituem em fator cultural, mas, a respeito de sua finalidade e expressão, o turismo cultural, segundo Andrade (1995).

O turismo cultural é uma forma de turismo que tem como um de seus objetivos o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. O patrimônio histórico, principalmente as edificações e os monumentos considerados de relevância histórica, segundo Gastal (2002, p.70), continua sendo um dos itens mais apropriados pelo segmento do turismo cultural. Quando o turista cultural sai em busca do passado, visitando lugares históricos, não quer ver apenas as lembranças do passado sacralizadas num museu. Embora esse também seja importante como referência cultural, como lembra ainda Menezes (2004; p.25), tanto para os turismólogos e historiadores, como para os turistas e estudiosos de história: o passado não é aquilo que, morto, deve ser colocado numa das gavetas da memória ou em arquivo de lembranças, mas, sim, preservado pela relação com o presente, pelo significado que teve para a história do lugar. Por esse ponto de vista, o passado passa a ser visto como fator importante da memória e da identidade local, conforme foi abordado no capítulo anterior.

O turismo ainda é um fenômeno pouco estudado e teorizado e defini-lo não é tarefa fácil, apesar de sua importância nos dias de hoje. Segundo Marutschuka Moesch (2002), o turismo:

(...) é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/ subjetividade,

consumido por milhões de pessoas, em síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2002, p.09)

Essa afirmação, para referenciar o turismo cultural, é muito apropriada e oportuna, embora seja ainda um conceito incompleto sobre turismo. Considera-se uma visão ainda resumida de todas as interfaces que o turismo abriga. O turismo é inicialmente uma busca pelo lazer, um fruto da curiosidade humana, uma maneira de aproveitar o tempo, ou, como diria Jost Krippendorf (2003 p.46):

(...) o turismo é uma válvula de escape que permite o relaxamento das tensões, a orientação das vias socialmente inofensivas e das esperanças não realizadas. O lazer é uma droga aprovada pela sociedade, um analgésico que dá a ilusão de uma melhora passageira, mas que não pode curar a doença em si.

Mas essa busca, ou, como descreve Krippendorf, essa “válvula de escape”, ainda é um ponto de vista não muito abrangente do turismo. É uma perspectiva do turismo, mas não o abrange. Talvez possa explicar ou explicitar a importância do turismo como opção de lazer.

Dentre as várias opções de lazer através do turismo existe uma que é aqui chamada de turismo cultural. Segundo Barretto (2003, p. 19), o turismo cultural pode ser entendido como “[...] todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana.”. Essa idéia também é destacada por Beni (2002, p. 422), que aponta que o Turismo Cultural “refere-se à afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural”. Esses autores referem-se aos elementos e manifestações tangíveis ou intangíveis produzidos pelas sociedades, resultado de um processo histórico no qual a reprodução material e das idéias se constitui em fatores que identificam e diferenciam um país ou região, incluindo não só os monumentos e manifestações do passado, mas também o que se chama patrimônio vivo.

O turismo cultural é aquele motivado pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade cultural, dos costumes, da tradição e da identidade cultural. Essa modalidade turística tem como fundamento a ligação entre o passado e o presente, o contato e a convivência com o legado cultural, com tradições que foram influenciadas pela dinâmica do tempo, mas que permaneceram - com as formas expressivas reveladoras do ser e fazer de cada comunidade.

Sendo o patrimônio o componente inerente do turismo cultural, a sua manutenção é condição *sine qua non* para garantir a manutenção desta forma de turismo. A preservação do patrimônio histórico hoje no Brasil caminha para uma maior conscientização da necessidade da sustentabilidade, para que as futuras gerações possam usufruir o legado cultural das civilizações anteriores, resguardando para as futuras gerações os bens culturais e naturais.

A preservação do patrimônio aparece como uma necessidade precisamente no momento de desaparecimento dos traços urbanos do passado. Os países europeus, ao enfrentarem o processo de industrialização acelerada que descaracterizava, destruía e modificava as configurações das antigas cidades, foram os primeiros a aclamar a necessidade de "proteger" edifícios e regiões do crescimento desmedido da cidade que requereria mais e mais espaços. Segundo Françoise Choay (2001), a Inglaterra preconizou ainda no início do século XIX o movimento pela preservação de edifícios, num processo que conquistaria a participação do grande público durante o fenômeno das demolições maciças dos anos 1960 e 1970.

No Brasil, ao final dos anos 1930, foi criado o organismo federal de proteção ao patrimônio, que hoje é chamado de IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Com a edição da Lei Federal nº 3.924 de 1961, o IPHAN foi definido como o órgão para emitir as autorizações, permissões e ainda para comunicações prévias para qualquer pesquisa relacionada aos sítios arqueológicos.

O IPHAN é o órgão responsável pela fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos sítios arqueológicos brasileiros. Há várias formas de preservação do patrimônio pelo IPHAN e o tombamento é uma delas. O tombamento é "um instrumento legal utilizado pelo poder público para a preservação" (DEPHAC, 2002). Por meio dele, os bens culturais inscritos no "livro de tomo" são protegidos pelas leis de preservação do patrimônio, impedindo a destruição ou descaracterização dos sítios arqueológicos de significativo valor para a cultura brasileira, para a preservação da memória coletiva e para manutenção da diversidade dos bens culturais.

Considerado um bem de uma localidade e também da humanidade, o patrimônio traduz um momento da história e pode tornar-se uma identidade de uma localidade.

O turismo é hoje uma atividade cada vez mais praticada e com as mais variadas motivações de visita. Uma grande e expressiva motivação é conhecer outras culturas distintas da usual. E a partir da afirmação da identidade e da cultura de uma localidade a atividade ocorre com grande êxito tanto para o núcleo receptor quanto para o turista que visita a localidade. Cada vez mais, a primeira preocupação que desafia os profissionais de turismo é como pensar a relação turismo, cultura e patrimônio, com vistas à preservação da originalidade em oposição ao processo de desenvolvimento com base no capitalismo e na globalização. Onde a uniformização de padrões de comportamento é ditada pela lógica de desenvolvimento econômico vigente. (TASSIS; ALVES, 2007, p. 25)

O turismo cultural visa a ter acesso ao legado construído pelo homem ao longo do tempo, ou seja, a história, a cultura e o modo de viver de uma comunidade.

Irving e Azevedo (2002) destacam a relevância e a amplitude da cultura destacando os muitos debates e livros sobre as questões culturais, sobretudo a partir de 1998. Para essas autoras, no caso do tripé - cultura, patrimônio e turismo –, a cultura é a força maior, mais abrangente e a que gera o patrimônio, por excelência, representando um povo, sua feição e suas singularidades, ou seja, sua identidade (IRVING; AZEVEDO, 2002). A preservação do patrimônio cultural tem importância fundamental para o desenvolvimento e o enriquecimento de um povo e de sua cultura. Os bens culturais guardam informações, significados, mensagens, registros da história humana - refletem idéias, crenças, costumes, gosto estético, conhecimento tecnológico, condições sociais, econômicas e políticas de um grupo em determinada época.

De fato, ambos, cultura e patrimônio compõem acervo acumulado, às vezes (re)elaborado e intransferível, das vivências de gerações, dos ensinamentos locais, costumes e fazeres. E tanto a cultura como o patrimônio representam duas bases insubstituíveis e de grande importância para o turismo, na medida em que permitem usufruir o encontro das singularidades.

O turismo cultural depende das singularidades locais, das diferenças traçadas pela cultura e pelo patrimônio, sendo ele mesmo um instrumento de reafirmação de cultura e patrimônios. (IRVING; AZEVEDO, 2002, p.134).

A cultura tem importante papel no contexto social, pois pode auxiliar na distribuição e geração de empregos e renda, além de fomentar a preservação da identidade/diversidade. Para o turismo, todo o patrimônio cultural, arquitetônico e os atrativos fazem parte de um conjunto de elementos que divulgam a cultura. O turista vivencia uma história a partir do momento em que ele se desloca para uma

localidade e se permite fazer um *tour* pela linha do tempo, aprendendo, conhecendo e reconhecendo a relação dos fatos atuais com os fatos do passado.

O patrimônio histórico, artístico, cultural e natural torna-se valorizado no mundo em que a busca pela cultura do outro é elemento de diferenciação da atividade turística, em busca do imaginário, da concretização de algum sonho. O turismo, além de todos os outros fenômenos globalizantes, destaca-se pela globalização da cultura. A exploração do turismo cultural resulta daquilo que costumamos chamar de turismo de massa. Essa forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada (IPHAN, 1976, p. 02).

Peter Keller (apud CAMPESINO, 1998) afirma que o turismo deveria “financiar” a cultura, deste modo financiando a conservação tanto dos patrimônios materiais como imateriais. Contudo esse “financiamento” não autoriza a comercialização desmesurada do patrimônio de modo que seja levado à exaustão e leve à deterioração dos mesmos. Além do aspecto da comercialização, Jean-Marie Vicente (apud CAMPESINO, 1998) enfatiza a importância do papel da população local no planejamento dos recursos a serem utilizados turisticamente, já que o patrimônio pertence à comunidade que o acolhe e permite que esta compreenda suas origens e seus sinais de identidade cultural. Por essa razão, o turismo não deve ser planejado unicamente em relação às capacidades físicas do patrimônio, mas também em relação à capacidade de sua aceitação pela população, sendo que a relação cotidiana com seu patrimônio não deve ser comprometida.

Existem de fato muitas interfaces na relação entre turismo cultural e patrimônio. E é aqui destacada a importância da preservação do patrimônio para a manutenção desse tipo de turismo, alertando também para a valorização local do legado cultural de memória e identidade que um bem pode representar para uma comunidade. O turismo, como fenômeno de massa, pode trazer destruição à localidade e à sua cultura e a seus patrimônios. Mas, ao mesmo tempo, com o turismo planejado logo se percebe a importância da conservação dos seus bens para fomentar a manutenção dessa forma de turismo. A degradação daquilo que atrai o turista, que no caso do turismo cultural é a cultura, a diferença, pode significar a autodestruição.

1.2.2. Patrimônio

“Monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade” (CHOAY, 2001, 205)

Foi na França do século XIX que os princípios de conservação se materializaram. A partir dos pensamentos do Iluminismo e contra o vandalismo, os monumentos históricos foram, pela primeira vez, apoiados juridicamente. Choay (2001) afirma que a Itália foi a primeira nação a pensar na proteção dos monumentos *in loco*, e na Grã Bretanha a destruição dos monumentos religiosos da Idade Média foi considerada ofensa ao nacionalismo, trazendo à tona as questões sobre restauração cerca de cinqüenta anos antes de surgirem na França.

Ainda segundo Choay (2001), a polêmica sobre métodos e técnicas de restauração mostrou o despreparo dos arquitetos. Essa autora faz um levantamento detalhado sobre o assunto, apresentando historicamente as teorias referentes à restauração. De forma sucinta citam-se alguns nomes essenciais nessa discussão apenas para ilustrar a importância do assunto, começando por Viollet-Le-Duc (que acreditava que se deveria restaurar e fazer exatamente igual ao original e, se possível, usando o mesmo material), passando por Ruskin (para quem essa técnica era considerada um atentado à autenticidade) e chegando finalmente a Camillo Boito, que formulou um método de restauração entre os extremos opostos Viollet-Le-Duc e Ruskin. Para Boito, a restauração seria a forma extrema de intervenção, praticada depois da manutenção, e as intervenções deveriam ser notoriamente distintas do original. Esse conceito serviu de base para o conceito moderno de restauração. Riegl também merece uma citação por sua principal contribuição, que foi a valorização de todos os estilos e períodos da história da arquitetura, sem priorizar ou fazer juízo de valor. A questão da restauração e da preservação sempre esteve e vai estar cercada de muita polêmica.

No século XX a abordagem de patrimônio histórico, que antes era definido como um aglomerado de edificações, objetos e documentos de valor histórico ou artístico, assumiu novas características, levando-se em conta também a integração do objeto com seu entorno. O conceito de monumento estava sendo então alterado

e já não era mais percebido isoladamente, estendendo-se para conjuntos urbanos. Existiam aqueles que de forma extrema defendiam que se deveriam manter não apenas as cidades, mas também a forma de habitá-las, existiam os que queriam transformar as cidades em museus isolando-as do caminho do desenvolvimento, ou seja, inúmeras teorias foram formuladas sobre a preservação, sobre o que preservar e sobre a forma de planejar essa preservação.

No Brasil, as origens da noção de preservação do patrimônio normalmente datam da década de 1920 quando os primeiros projetos de lei a esse respeito foram elaborados. Foi nesse período que os modernistas fizeram uma busca por uma arte mais nacionalista. Nessa busca, alguns modernistas ligados à Semana de Arte de 1922 estiveram em Ouro Preto - MG. E a arquitetura colonial brasileira foi então 'escolhida' por eles como a autêntica identidade nacional, porque servia de exemplo de adaptação dos modelos formais às condições locais, resultando numa nova arquitetura. "Toda a arquitetura colonial servia de exemplo para esta leitura, enfatizando o processo de adequação entre arquitetura de matriz europeia e o clima, os materiais disponíveis, os programas, etc." (PINHEIRO, 2006, 9). Explica-se assim a verdadeira aversão ao ecletismo do final do século XIX pelos técnicos do SPHAN (atual IPHAN, cuja criação explica-se melhor ainda neste capítulo), já que o ecletismo não havia passado por esse processo de 'abrasileiramento', mantendo suas características importadas abominadas pelos modernistas.

A primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos aconteceu em Atenas em 1931, reunindo países da Europa; a segunda, em Veneza, em 1964, contou com a participação de Tunísia, México e Peru; por fim, em 1979, 24 países dos cinco continentes participaram do estabelecimento do conceito de um patrimônio mundial.

Em 1936 criou-se, no Rio de Janeiro, "o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-Lei 25/37". (PINHEIRO, 2006, 8). O Decreto-lei 25⁵ procura definir o que é patrimônio, estendendo esta definição a expressões da cultura popular, e ainda regulariza e institucionaliza juridicamente o tombamento.

Pinheiro (2006, 9) destaca dois inconvenientes ao funcionamento do SPHAN, “a centralização exacerbada das atividades preservacionistas nas mãos de um grupo muito restrito de técnicos” e “outro inconveniente é a associação imediata entre ‘patrimônio’ e os conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado Novo à época”.

Apesar de o SPHAN ter entre seus membros alguns dos mais respeitados intelectuais do período, pouco se sabia sobre a arquitetura brasileira, “e por uma razão muito simples: porque ninguém sabia” (PINHEIRO, 2006, 10). Cabe então citar a importante participação que Lúcio Costa veio a assumir entre os técnicos do SPHAN: “ele era um dos poucos que já tomara contato com este universo, ainda em sua fase de entusiasmo pelo neocolonial, nos anos 1920” (PINHEIRO, 2006, 10).

Pinheiro (2006) aponta ainda outra grande dificuldade enfrentada pelo SPHAN, o grande desprezo por parte da população pelas manifestações artísticas e arquitetônicas brasileiras, em parte por causa da ignorância. A maioria dos trabalhos de divulgação do órgão nos primeiros anos tinha o objetivo de valorizar o patrimônio brasileiro.

O conceito de patrimônio, contudo, alargou-se com o tempo, e atualmente integram relações, hábitos e até receitas culinárias, passando pelas histórias de vida. Até a Segunda Guerra Mundial era considerado patrimônio cultural somente as grandes obras monumentais ligadas à cultura dominante. Podemos observar na Constituição Federal de 1988 esta alteração de valores, este alargamento do conceito através do artigo 216 que busca definir e proteger o patrimônio:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (IPHAN, 2006, p. 20).

Dessa forma pode-se definir patrimônio cultural como os bens materiais e imateriais que uma sociedade produz e o modo como eles são produzidos. São representados não simplesmente pelas edificações, mas também pelos costumes, hábitos e usos de um determinado povo. A história deixou de estar restringida às

esferas oficiais e passou a ser social, com isso as relações do cotidiano, ou seja, domésticas, passaram a valorizar alguns aspectos do social que passaram a integrar o patrimônio de uma região ou de um país, bem como o folclore.

A importância do patrimônio já é entendida, é discutida e é tema de projetos educacionais. Com isso a importância da história, da conservação, da memória, dos monumentos e, conseqüentemente, do patrimônio cultural também são temas de conceituação e discussões em diversos campos do conhecimento, desde arquitetura a turismo.

Hoje, o conceito de patrimônio é amplamente discutido. Após ilustrar-se o panorama da história do patrimônio, da conservação e da restauração, mesmo que de maneira sucinta, abordar-se-ão alguns conceitos importantes para a idéia de patrimônio.

A concepção contemporânea de patrimônio cultural é afim com o que se entende por cultura, na medida em que o conceito de patrimônio envolve todo o legado cultural de um povo, como suas lendas, festas, folguedos, costumes, crenças, manifestações artísticas, etc., tudo o que existe como elemento essencial para arquivar na memória individual e coletiva, e que contribua com a formação do sentimento de pertencer a uma comunidade. (NEVES, 2003).

Todas as ações que os homens desempenham fazem parte da cultura, pois se expressam na linguagem, nas manifestações, nos costumes, alimentos, enfim, estão por toda parte impregnados de sentimentos e formas de ação particulares a um povo. A cultura demonstra a singularidade de um grupo ou de uma comunidade e é através da mesma que se cria um código profundo que revela o modo de ser de uma dada sociedade. Keesing (1974) complementa a análise:

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modo de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização político, crenças e práticas religiosas, e assim por diante. (KEESING, 1974, p. 07).

Cultura pode ser entendida, ainda, como "o complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade". (TAYLOR *apud* GONÇALVES, 1998).

Neves (2003) a identifica como o domínio de certos conhecimentos, costumes e habilidades que possibilitam às pessoas compreender e usufruir bens ditos superiores, como obras de arte, literatura erudita, etc.

As formas de expressão da cultura, a linguagem, e tudo que o homem faz é transmitido de geração em geração e é constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. A transmissão desse legado gera um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Falar de preservação de bens culturais, qualquer que seja o sentido da expressão, pressupõe sempre uma continuidade, uma disponibilidade permanente, em função precisamente da alimentação da identidade cultural.

Tudo que é transmitido e constitui a cultura de uma sociedade, identificando-a, discernindo-a, pode compor um patrimônio. Essa identificação da sociedade ou comunidade é que forma o sentimento de pertencimento.

Em linhas gerais, Martins (2003) considera identidade o sentido de pertencer que as pessoas trazem, como seres simbólicos que são. Esse ser de determinado lugar pertence a um determinado grupo, sente afinidade com algo que lhe resgata algo seu – com relação a isso tudo o autor define identidade.

Barretto (2000) estende a análise para a importância da identidade, pois, de acordo com essa autora, manter a identidade significa algo vital para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos aos seus antepassados, por um território, costumes e hábitos que lhes passem segurança, que lhes indiquem suas origens, para que lhes referenciem diante de um modelo social tão diverso.

Suporte fundamental da identidade é a memória, mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer em nível individual, quer social e, por isso mesmo, é eixo de atribuições, que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade (ROUSSO, 2005).

A memória reflete, igualmente, a valorização que a sociedade dá ao passado. A memória social será tão mais significativa quanto mais representar algo que foi vivido por uma sociedade ou segmento da mesma e quanto mais tocar o lado afetivo dos indivíduos, emergindo lembranças particulares (FUNARI; PINSKY, 2001).

Todas as sociedades humanas tiveram a preocupação de preservar a memória de fatos, pessoas ou idéias, o que, de certa forma, está por trás da noção de monumento. A compreensão do patrimônio está atrelada à compreensão da idéia de monumento histórico. O monumento é um aparte da memória; não apresenta nem carrega em si uma informação neutra, mas traz uma memória viva. Choay (2001) trabalha com a distinção entre monumento e monumento histórico. Inicialmente o sentido do monumento é o de rememoração, para uma comunidade de indivíduos, de outras gerações de pessoas, eventos, ritos, crenças; faz o passado ecoar dentro da existência do presente, cuja função é movimentar a memória coletiva e assegurar a identidade do grupo. Contudo, essa função de memória vai sendo progressivamente perdida, e o monumento torna-se uma experiência estética. Ou seja, o monumento histórico passa a ser um mero agente de embelezamento das cidades. Como conceito estético, ele existe, assim, para o consumo imediato. Deixa de ser obra e passa a ser produto.

A essência do monumento está exatamente nessa relação entre o tempo vivido e a memória, em que o restante é aleatório enquanto ele é um valor universal. Conforme Camargo (2002, p.24), monumentos "são edificações ou construções que pretendem perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa, de um povo". Conseqüentemente, os monumentos históricos são símbolos que o homem busca conservar. Assim como toda a produção artística, também é uma produção histórico-social. Esse autor destaca ainda que o tombamento, a classificação e a preservação de objetos móveis ou imóveis dependem do significado simbólico que se lhe atribuem. Quando o homem constrói algo ou produz um objeto artístico, confere-lhe uma funcionalidade. Entretanto, o valor simbólico é decorrente da importância da memória coletiva atribuída aos objetos ou construções.

O patrimônio cultural, a capacidade de representar simbolicamente traços culturais e momentos históricos vividos por um grupo humano, é de fundamental importância para a memória, a identidade e a riqueza das culturas. Ele é formado pelo conjunto de bens materiais ou imateriais que remetem a um período histórico e caracterizam a cultura de determinado povo ou região. O patrimônio é também parte integrante dos direitos humanos. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural⁶ cita que todo homem tem direito ao respeito aos testemunhos autênticos

que expressam sua identidade cultural no conjunto da grande família humana; tem direito de participar das decisões que afetam o patrimônio e os valores culturais nele representados, e tem direito de se associar para a defesa e pela valorização do patrimônio.

Preservar o patrimônio cultural, nesse sentido, significa conservar testemunhos da cultura de um povo, graças aos quais ele mantém sua identidade. Para Rodrigues (2001, p.17), "preservar o patrimônio cultural é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria".

As sociedades ocidentais, como visto anteriormente, foram, passo a passo, construindo a sua identidade, e foram sendo elaborados os conceitos de monumento, cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano.

Para Choay (2001, p.207), "são considerados patrimônio cultural os monumentos, os conjuntos, os sítios que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, artístico, estético, etnológico ou antropológico".

A concepção de patrimônio não é fixa, é um conceito plural, evolui e se transforma, de acordo com interesses e teorias. Considera-se que os patrimônios material e imaterial receberam, e recebem, impactos pela sua apropriação e reapropriação, manipulação, exercendo mudanças significativas.

O patrimônio remete à identidade cultural, é forma de expressão da cultura e a cultura é uma forma de expressão do ser humano. O patrimônio atende às variações geradas pelos indivíduos que vivem na sociedade contemporânea.

O homem é um ser em constante evolução, ou melhor, em constante mudança, processo pelo qual a cultura também passa, ou melhor, acompanha. O patrimônio também se altera com o passar do tempo, a forma de expressão do homem muda, mas fica o patrimônio da época anterior, uma herança de gerações anteriores, o conjunto de bens sociais e coletivos.

Na medida em que o conceito de patrimônio envolve todo o legado cultural de um povo, como suas lendas, festas, folguedos, costumes, crenças, manifestações artísticas, etc., tudo o que existe como elemento essencial para arquivar na memória individual e coletiva, e que contribua com a formação do sentimento de pertencer a uma comunidade. (NEVES, 2003, p.33).

O patrimônio deve também ser entendido como um bem social e coletivo e deixá-lo a futuras gerações é uma das responsabilidades da sociedade.

A descrição de patrimônio contempla uma grande gama de tipos de bens, não somente os materiais, mas também aqueles que correspondam à cultura do homem em todos os seus atos. O conceito de patrimônio cultural torna-se muito amplo e inclui valores, como sentir, pensar e o agir dos seres humanos.

É impossível transferir o patrimônio tal como é recebido, acentuando que em todo momento ele está sendo objeto de intervenção, algumas pelo homem como usuário e outras pela própria ação do tempo. Por isso sua preservação torna-se necessária, para evitar que os bens sejam desfigurados ao longo dos anos ou de interesses diversos ou individuais. A continuidade histórica do patrimônio deve ser mantida para torná-lo um bem duradouro.

Quando se fala de patrimônio, pensa-se imediatamente em edifícios e lugares onde se deram fatos históricos. Normalmente deixam-se de lado outros patrimônios intangíveis e pouco perceptíveis. É importante reconhecer e valorizar as várias classes de patrimônio, como o artístico, o industrial, o patrimônio histórico, o natural e o cultural que integram uma grande quantidade de elementos. É muito difícil discernir, pois se entende como cultura tudo o que o homem faz incluindo formas de vida, ou seja, suas realizações e o saber fazer.

O Patrimônio Imaterial, cuja proteção está garantida na Constituição, tem sua importância no imaginário coletivo, na geração do sentimento de identidade e de pertencimento de uma sociedade. No site do IPHAN⁷ a definição de Patrimônio Imaterial dada pela Unesco é: "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."

Ainda segundo o IPHAN o Patrimônio Imaterial é transmitido através das gerações e está em constante mudança pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A partir da revisão da literatura sobre processos urbanos e planejamento do turismo com especial ênfase para o turismo cultural, discutir-se-á no próximo

capítulo a convivência entre a atividade turística e os outros processos urbanos em Mariana, Minas Gerais, que será objeto de estudo de caso.

2. O CASO DE MARIANA, MINAS GERAIS

2.1.Procedimento metodológico

A dissertação busca discutir a relação ou o conflito entre processos urbanos e ações de planejamento voltadas à ampliação do turismo em núcleos urbanos brasileiros de importância histórica, cultural e artística.

Optou-se pelo aprofundamento e discussão do tema em um único estudo de caso. A escolha do município de Mariana se deveu ao fato desta localidade se constituir em um exemplo no qual todas as situações aqui discutidas estão presentes em seu processo sócio-econômico-espacial-cultural.

A pesquisa visa verificar se o planejamento turístico de Mariana leva em consideração os processos urbanos e como é feita a harmonização entre estas dinâmicas espaciais no município.

Em Mariana levantou-se informações sobre sua formação e desenvolvimento espacial, arquitetônico, cultural e econômico através de documentos disponíveis como mapas de evolução, livros, dados oficiais e fotos. Ao mesmo tempo foram feitas entrevistas com representantes do governo para se avaliar a importância do turismo para a localidade e as relações entre os diversos processos urbanos (entre os quais o turismo). Entrevistou-se na Secretaria de Cultura e Turismo a turismóloga Mariana Figueiredo Barbosa, na Secretaria de Obras o engenheiro Leonardo Rodrigues dos Santos e o então Secretário de Desenvolvimento Econômico, Leonardo Kalil. Foram entrevistados também representantes do empresariado hoteleiro de Mariana: Sr. Wanderley Muller cujo hotel representa quase a metade dos leitos disponíveis no município, e também o 'Seu' Correa que tem pousada em edifício tombado como patrimônio histórico pelo Iphan.

Nessas entrevistas feitas em dezembro de 2008 o objetivo foi conhecer o turismo de Mariana a partir da perspectiva dos representantes do município e de seu empresariado. De acordo com os entrevistados, não há dados oficiais sobre o turismo na cidade.

Os processos urbanos considerados relevantes foram analisados segundo as seguintes dimensões: período, contexto, variáveis determinantes e impactos no núcleo de interesse turístico e em seu entorno.

Buscou-se assim formar uma base de conhecimento que permitisse discutir o problema formulado, ou seja, como o planejamento do turismo se dá em contextos de preservação/conservação do patrimônio histórico, harmonizando ou não o turismo com os processos urbanos e espaciais hegemônicos.

2.2. O processo de formação das cidades do ciclo do ouro das Minas Gerais

Este capítulo se propõe a apresentar algumas características do surgimento e do desenvolvimento do espaço urbano das cidades mineiras que tiveram sua formação baseada na extração mineral. Não há a pretensão de esgotar o assunto sobre a formação desse espaço urbano único ou de entender a sociedade urbana, a cultura urbana ou a relação política com a metrópole da época. O município de Mariana será introduzido através desse processo de formação das cidades do Ciclo do Ouro de Minas Gerais com o objetivo de buscar relacionar a formação teórica sugerida por Lefebvre (citada no capítulo 1) com a real formação dessas cidades. O estudo é focado especialmente no processo de formação do município de Mariana no subcapítulo 2. Propõe-se ainda entender como ocorreu a valorização da arquitetura colonial mineira como patrimônio histórico, artístico e cultural no Brasil. Após esses estudos sobre a formação e o desenvolvimento das cidades do Ciclo do Ouro de Minas Gerais, posteriormente de Mariana, e de como se deu a valorização do patrimônio no Brasil. Finalmente, aborda-se como se dão os processos urbanos e o planejamento do turismo em Mariana nos dias de hoje.

Esta seção trata da singularidade do processo de formação das cidades do Ciclo do Ouro. Na formação das vilas originais inexistia a relação cidade-campo tradicional, em que o campo se desenvolve conformando a cidade, e sim uma ocupação baseada na mineração, alterando a lógica histórica da ocupação. Como será visto, a “urbanização mineira complexifica-se em função das especificidades daquela sociedade, e afirma-se na construção do espaço coletivo como a configuração de uma cultura própria” (CUNHA; MONTE-MÓR, 2000, p.6).

“A cidade tem sido, ao longo dos séculos, o *locus* privilegiado das civilizações” (MONTE-MÓR, 1999a, p.6). A organização socioespacial de uma cidade é constituída de características a partir da sociedade e de sua divisão social e técnica do trabalho. “A cidade expressa, então, mais do que uma simples organização geral gestada pelo modo de produção, as especificidades próprias da produção do espaço social de determinada formação econômico-social” (MONTE-MÓR, 1999a, p.6).

As cidades do ciclo do ouro de Minas Gerais tiveram sua formação socioespacial marcada pela concentração e ocupação repentina de seus territórios

no século XVIII, urbanização esta caracterizada como 'precoce' por Monte-Mór (1999a, 1999b). A precocidade de que fala esse autor se dá quando a região, que não tinha povoados, pela descoberta de sua riqueza mineral recebe, em um curto espaço de tempo, um grande número de pessoas de diferentes perfis, todas em busca do ouro, e estas pessoas e seus interesses conformam esse território.

Ainda no final do século XVII o Brasil se caracterizava como: "um extenso território de baixa ocupação populacional concentrada na sua extensa faixa litorânea. Poucos centros comandavam a extração de recursos naturais em amplas regiões e apenas um deles talvez pudesse merecer o título de cidade: Salvador, sede do governo geral da colônia" (MONTE-MÓR, 1999a, p. 3)

O Brasil não tinha possibilidade de expansão de sua base urbana, apresentando uma estrutura espacial fraca e desarticulada composta por aldeias, acampamentos, povoados, missões e, em casos especiais, vilas. "O sistema colonial baseado no latifúndio auto-suficiente, o trabalho escravo e o monopólio comercial da Coroa Portuguesa impediam uma expansão e consolidação da base urbana" (MONTE-MÓR, 1999a, p. 3). A cidade colonial funcionava como posto para controle e extração da produção, segundo os interesses da metrópole.

"Várias das formas proto-urbanas presentes nos dois primeiros séculos da colônia - como também as vilas e cidades do litoral - constituíam variações da cidade política, controladas pela hierarquizada e concentrada burocracia portuguesa, sob o império econômico do capital mercantil inglês" (MONTE-MÓR, 1999a, p. 4).

Somente no fim do século XVII é que os bandeirantes descobriram as primeiras jazidas de ouro e outros metais preciosos em Minas Gerais. E muitas pessoas abandonavam as localidades paulistas para correrem atrás do ouro (FAUSTO, 2002). Devido ao grande contingente de pessoas que vinham para o Brasil atraídas pela exploração mineral, em março de 1720 a Coroa lançou um decreto limitando drasticamente a imigração para o país. A imigração somente era permitida através dos portadores de um passaporte especial fornecido pelo governo (FAUSTO, 2002).

Segundo Fausto (2002), em busca do ouro houve uma grande imigração para o Brasil. Para a metrópole nos primeiros 60 anos do século XVIII, chegaram ao Brasil cerca de 600 mil pessoas vindas de Portugal, e das ilhas do Atlântico, anualmente, de oito a 10 mil imigrantes chegavam à região das minas. Essas

peessoas eram da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros.

A inusitada migração para a região mineradora, mesmo com a baixa densidade de ocupação do território e as dificuldades de transporte em área tão inócua, no meio das montanhas, na Mata Atlântica, foi responsável pela ocupação efetiva da área interior da colônia. Essa rede que se formou nas minas e em sua região de influência a partir do século XVIII teve impactos diretos em São Paulo e no Rio de Janeiro e estendeu-se para o sul e para o nordeste, expandindo-se para o oeste (Planalto Central) e se ampliando para a Amazônia, significando um salto na ocupação do território brasileiro.

Com tanta gente chegando, a região das jazidas sofreu brusca transformação. Nos lugares desertos do sertão, a corrida do ouro fez nascer cidades da noite para o dia (FAUSTO, 2002). A ocupação se deu de forma muito distinta da cidade como espaço de poder que se mercantiliza. É uma ocupação já mercantil e proto-industrial.

Na seção 1.1 abordou-se o pensamento histórico da cidade, sendo entendida como um estágio posterior ao desenvolvimento agrícola. Com o desenvolvimento, veio o excedente alimentar, fruto de uma maior complexidade de divisão do trabalho. Surge assim uma necessidade de distinção espacial para uma classe dominante que vai se formando. A cidade é externa à produção, é o local de concentração dessa classe dominante, é o local do poder, do controle político, configurando o que Lefebvre (2006) chamou de 'cidade política'.

A formação das cidades do Ciclo do Ouro se diferencia desse modelo pelo seu caráter mercantil. São cidades que emergiram da mineração. A partir da descoberta e dos primeiros achados expressivos de ouro os assentamentos iam sendo definidos.

Implicavam também a construção imediata de capelas, toscas que inicialmente fossem, nos morros, outeiros ou encostas adjacentes (...). Os arraiais se organizavam então em torno das capelas e se estendiam pelos caminhos de acesso às áreas de mineração. Assim, o tecido urbano resultante era via de regra linear, compondo-se espontaneamente à medida que caminhava a mineração e se fortaleciam suas interligações. (MONTE-MÓR, 1999b, p. 4)

A ocupação era feita “buscando sítios privilegiados por acidentes geográficos que facilitassem os deslocamentos regionais” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 2). Já existia um cuidado na escolha do sítio urbano, na maioria das vezes garantindo a elevação,

a salubridade. E, ao final do século XVII, quando já proliferavam as descobertas de ouro de aluvião nos leitos dos rios do interior, alguns arraiais já tinham expressão regional, “como aqueles que vieram a formar a vila de Sabará, ponto de apoio para os *paulistas* que buscavam, a partir do Rio das Velhas, as lendárias ‘minas de Sabarabussú’”. (MONTE-MÓR, 1999b, p. 2)

No interior da região montanhosa “as estradas em Minas Gerais se desenvolveram nas encostas e topos dos morros, com ampla visão dos vales, serras e outras referências geográfica” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 3), evitando também vales e rios encaixados de difícil transposição.

A produção mineradora se dava num primeiro momento à beira dos córregos e havia acampamentos, mas “os povoados se distribuíram assim nesses pontos de chegada com a vista do alto da paisagem, derramando-se então em direção aos baixios e não por acaso a primeira ocupação em Ouro Preto se deu no alto de São João” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 3). O arraial se desenvolvia nas partes mais altas, junto às capelas, longe do *baixão*. Os arraiais surgidos nos caminhos da mineração têm também um caráter de continuidade, de fluxo e de adensamento ao longo da estrada.

A maior parte do ouro estava em áreas pouco propícias à criação de vilas e cidades: no aluvião, nas grotas, marcando um “espaço da produção”. A consolidação da povoação estava ligada à institucionalização do controle da terra.

As igrejas aparecem externas às quadras, como finalizações ou coroamentos do caminhar, dispostas nos largos, nos entroncamentos, ou mesmo ladeando as ruas pelo alto, impondo ao caminhar quase medieval visões barrocas valorizadas pelos monumentos religiosos e apenas posteriormente (re)afirmando em monumentos e prédios cívicos a presença do Estado. (MONTE-MÓR, 1999b, p. 4)

O surgimento da rua se iniciou, pouco demarcada, caracterizada apenas pela seqüência de edificações. “Sem edificações, o que seria rua era simplesmente estrada, caminho, e assim o espaço urbano virtual se estendia pelos baixios e encostas, livre do controle rígido sobre a terra” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 4)

A multiplicidade de funções urbanas e regionais articuladas pela cidade mineradora não encontra paralelo no contexto colonial brasileiro. As cidades mineradoras, em especial as cidades mineiras do século XVII, foram as que provavelmente mais sofreram as pressões e os conflitos de interesses do Estado

colonial, da Igreja e do capital comercial para controlar os espaços de poder que essas cidades colônias representavam.

Os espaços de poder representados por essas colônias significavam, além das conquistas territoriais, um forte gerador de renda, no caso, ouro. E foi esse ouro do Brasil que “permitiu a Portugal manter por todo o século dezoito o que lhe restava do seu império, pagando as pequenas guerras que o garantiam (inclusive no Brasil) e pagando pela continuidade das importações de grãos e produtos manufaturados” (MONTE-MÓR, 1999a, p.4)

Além de manter o império português, o ouro extraído de Minas Gerais financiou o imperialismo inglês e sua industrialização com “os recursos que conseguiu direta ou indireta, legal ou ilegalmente, também retirar das colônias portuguesas, em especial, do Brasil”. (MONTE-MÓR, 1999a, p.5)

Como o poder central, em sua fragilidade, não conseguia dar resposta rápida às necessidades dos espaços da fronteira mineradora, que apresentava dinâmica econômica e demográfica jamais vista na colônia, “foi a Igreja Católica, com seus desdobramentos laicos nas Ordens Terceiras, a principal responsável pela organização sócio-espacial (*sic*) urbana.” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 4).

A formação das cidades se dava por um lado por espaços de produção determinados segundo a ambição da riqueza, do ouro, pela competição pelo subsolo, pela dinâmica da produção, e, por outro lado, por um sentimento religioso, multiplicando igrejas e capelas e organizando o espaço ‘urbano’.

Desde suas origens, as cidades mineradoras foram mais do que espaços de produção mineral: foram espaços de organização sociopolítica e religiosa, além de centros de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno.

Nesse sentido, constituíram-se de fato como cidades na acepção total do termo: espaços de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; espaços de intensa organização social e política, geradoras de novas práticas sociais; e espaços de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística. (MONTE-MÓR, 1999b, p. 7)

A forma de inserção das igrejas, gerando grandes perspectivas, valorizando os espaços do poder (no caso religioso), essa articulação livre e aberta dos grandes espaços, redefinia a relação público-privado na cidade mineradora. O forte aspecto

comunitário se expressa também na multiplicidade de centralidades (política, religiosa, comercial).

A consequência do processo de descentralização do poder foi o fortalecimento de uma urbanidade e de uma cidadania peculiares e sem paralelos na cidade colonial brasileira, “próprias de uma organização político-comunitária que caracteriza a desalienação da população na produção do seu espaço de vida” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 6).

Nesse espaço urbano compartilhado intensificavam-se as interações, os encontros e as manifestações das classes que emergiram do aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho “pairava o poder do Estado central absolutista e da onipresente Igreja contra-reformista, balisando, (re)definindo e (re)direcionando as micro-determinações que os interesses locais impunham ao espaço” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 8).

De fato, historicamente a economia mineradora gerou uma outra cidade expressivamente diferente da tradicional cidade política que mais amplamente conhecemos como sede de controle de um espaço de produção externo, rural e regional, não apenas na história brasileira, mas na própria origem e desenvolvimento da cidade no mundo. (MONTE-MÓR, 1999a, p. 6)

As cidades nascidas da atividade de extração mineral contestam a concepção largamente difundida e aceita de que as cidades surgiram necessariamente a partir do excedente (alimentar). A corrida do ouro durou menos de um século mas logo tornou Minas Gerais a capitania mais populosa e a economia urbano-industrial ali gerada reorganizou o espaço colonial de maneira tão forte que seus impactos são até hoje sentidos.

A urbanização mineira, de maneira diferente do restante do país, se deu a partir de um espaço de produção “industrial”, onde o *locus* da produção e o do poder quase se confundem. O caráter extrativo da economia ‘urbana’ mineradora por sua vez implica, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção. Mas também por outro lado, implica no fortalecimento de uma região complementar, muito vasta que provem do aprofundamento da divisão socioespacial do trabalho implícita ao necessário abastecimento daquela forte e setORIZADA economia.

Havia uma grande demanda por mão de obra nas minas, face à enorme rentabilidade da atividade mineradora, atividade esta que gerou os mercados nas regiões de economia de subsistência. A colônia tem então um grande fortalecimento,

tanto diretamente ligada à produção mineral quanto produzindo alimentos, serviços de transporte, etc.

O ouro produziu obras notáveis de pintura, escultura e arquitetura em cidades como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João Del Rey. Mas o esse ciclo durou pouco. No final do século XVIII já estavam extintas quase todas as jazidas importantes. Isso não significa que o metal havia acabado, mas sua extração não era viável para a tecnologia da época (PRIORE e VENÂNCIO, 2001).

A mineração do ouro trouxe prosperidade e passou a ter forte influência política no país. A força político-administrativa (e a forte máquina burocrática) de Ouro Preto veio a reboque do poder monetário. A capitania constituiu um governo próprio em menos de trinta anos. A cidade de Vila Rica (antigo nome de Ouro Preto) era a capital.

E em final do século XVIII, com o declínio da atividade mineradora, a cidade de Vila Rica, que sempre refletiu a economia aurífera de seu entorno, começa a ser questionada como capital. “Para tanto alegavam-se desde limitações topográficas que restringiam seu desenvolvimento enquanto sítio urbano, até sua localização em região acidentada e de difícil acesso, dificultando a integração com as demais regiões do estado e do país” (DAMASCENO, 1994, 29).

A cidade não mais se comportava como centro econômico, havia perdido seu brilho e caído no ostracismo com a diminuição dos recursos naturais. A lavoura e a pecuária de subsistência desenvolveram-se, o que manteve a economia de Minas Gerais após o período extrativista.

O declínio da mineração de ouro se deu a partir de 1765, aproximadamente, mas a ostentação ainda persistiu coincidindo com o desenvolvimento do Rococó Mineiro. “O empobrecimento de Ouro Preto foi fator de preservação de sua arquitetura e arruamento setecentista” (DAMASCENO, 1994, 51).

No início do século XIX, quando a corte portuguesa fugiu para o Brasil sob a tutela inglesa, a colônia atingiu seu apogeu como sede do Reino Unido. Nessa época, o ouro e os diamantes já tinham se esgotado, e a economia regional integrada que marcou o período das minas havia se transformado, deixando como herança a concentração demográfica e econômica macro-regional ainda hoje presente nos três estados - Minas, Rio e São Paulo. A riqueza mineral presente e concentrada em Minas Gerais integrou a colônia diretamente, por algumas décadas.

Durante o século XIX a cidade perdia sua condição de capital e se interiorizava. O governo do estado, em 1897, se instalou em Belo Horizonte, a nova capital mineira. E Ouro Preto, que era apenas pólo político após o declínio do Ciclo do Ouro, com a transferência da capital para Belo Horizonte teve uma redução de cerca de 40% em sua população (DIAGNOSE E PROGNOSE, 1991).

Historicamente a economia da mineração gerou uma outra cidade bastante diferente da tradicional cidade política que se conhece; não apenas na história brasileira, mas na gênese e no desenvolvimento das cidades no mundo. A cidade que emerge da atividade mineradora discute a teoria amplamente difundida e aceita de que as cidades surgiram dos avanços tecnológicos no campo (na agricultura). É comparando essas duas formas de desenvolvimento da cidade que se pode compreender a peculiaridade da cidade colonial mineira e seu impacto na urbanização e formação do espaço social brasileiro.

2.3. O processo de formação da cidade de Mariana – breve história do século XVI ao início do século XX

A história da ocupação de Mariana está ligada à expansão da busca de ouro a partir do final do século XVII. Sua formação histórica “remonta ao período de exploração aurífera no século XVIII, quando a região tornou-se o pólo mais dinâmico e urbanizado da América portuguesa” (CARDOSO, CYMBALISTA, NAKASHIMA, 2004).

A explicação sobre a sua origem tem para o historiador Diogo Vasconcellos uma data fundadora: 16 de julho de 1696, dia em que as bandeiras paulistas de Miguel Garcia e Salvador Furtado descobriram ouro em um rio que batizaram Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, bem ao espírito da tradição portuguesa de nomear a geografia dos lugares associado-os a de uma figura religiosa. Às margens do ribeirão cresce um povoado que iria abranger, com o tempo, os sertões dos rios Pomba, Muriaé e Doce, chegando às fronteiras do Rio de Janeiro ,como explica Albino de Souza. (<http://www.asminasgerais.com.br/qf/univlrcidades/Cidades/mariana/historia/area.htm>)

Criada em 1709, Mariana foi a capital da capitania de São Paulo e Minas de Ouro (CARDOSO, CYMBALISTA, NAKASHIMA, 2004). A primeira vila criada na Capitania e a única cidade colonial de Minas Gerais, Mariana foi o primeiro núcleo

urbano das Minas Gerais elevado à categoria de cidade, em 1745, já que assumira a posição de sede do primeiro bispado de Minas. A sua economia se baseava principalmente nas receitas eclesiásticas (importantes ainda nos dias atuais) e na mineração aurífera. “É importante centro para a Igreja católica desde o século XVIII, e o núcleo histórico da cidade é até hoje marcado pela forte presença de edifícios religiosos” (CARDOSO, CYMBALISTA, NAKASHIMA, 2004).

Os núcleos urbanos na Minas Gerais colonial eram determinados pela atividade de exploração mineral. “Os bandeirantes iam erigindo os arraiais junto aos cursos d’água, perto dos locais onde as catas se mostravam mais promissoras, a princípio com caráter temporário, sob o signo do provisório” (VILLALTA, 1988).

Essa urbanização emergente não foi uma iniciativa do Estado. Foi resultado da atividade dos aventureiros atrás de riqueza rápida e da necessidade destes de agregar, confraternizar e manifestar suas necessidades comerciais naquele ambiente de insegurança e incertezas.

A conformação das vilas e dos povoados de Minas Gerais se deu pela ocupação do seu território por uma sociedade imprevisível em formação para a exploração aurífera. As pessoas se agrupavam nessas vilas e nos povoados buscando atender às suas diversas necessidades, tendo sua forma de organização social e do trabalho determinada pela forma de exploração econômica.

A formação dos centros urbanos, contudo, respondeu a uma preocupação por parte da metrópole para que sua dominação política continuasse sobre o território da colônia. “A exploração aurífera com os seus componentes de vigilância, de fiscalismo tributário e de centralização política não podia prescindir de sólidos centros urbanos” (<http://www.asminasgerais.com.br/qf/univlercidades/Cidades/mariana/historia/area.htm>).

A formação de Mariana então é expressão dessa ocupação espontânea, ao mesmo tempo com rígido controle do poder sendo instituído. “É a ambigüidade própria da natureza da cidade mineradora que assim se expressa, onde o espaço dominante da produção mineral apenas muito lentamente cede lugar ao espaço do poder institucionalizado” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 5).

A formação de Mariana, como cidade mineradora, é marcada por seu “expontaneísmo, por seu brotar do próprio processo de produção ao qual apenas tardia e lentamente é justaposta a cidade política” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 7).

Essa urbanização resulta na formação e no “fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc.” (MONTE-MÓR, 1999a, p. 6). Percebe-se, de um lado, a economia mineradora se expandindo e organizando um espaço de influência cada vez mais amplo, e, por outro lado, o poder central tentando controlar a produção para garantir os impostos considerados devidos.

O sistema econômico urbano, diferentemente do sistema econômico de campo, centrou-se na produção e nos consumos internos, estabelecendo intensas relações comerciais, configurando a economia regional, ativando o mercado interno.

“Assim, movimentos centrípetos e centrífugos se alternaram na formação das vilas mineiras, em função da dinâmica da produção e da economia urbana em formação, da organização do poder religioso e/ou governamental e da própria cultura urbana que se impunha determinando padrões urbanísticos de ocupação e produção do espaço” (MONTE-MÓR, 1999b, p. 10).

Das vilas mineiras, Mariana foi a única a ser artigo de um documento régio interessado em ordenar o planejamento da cidade. Segundo a pesquisadora Cláudia D. Fonseca (1998), o fato de o local ser o centro religioso de Minas, além de seu valor estratégico provavelmente devem ter influenciado esta ordenação planejada, já que com esta condição Mariana deveria ostentar uma imagem que refletisse uma ordem social que a igreja desejava impor, além de uma imagem digna do nome da rainha, regular, ordenada, diferente do arraial decadente que se tornara Vila do Carmo, vítima de inundações provocadas pelo ribeirão que a banhava.

Mariana recebe a intervenção de um projeto do engenheiro militar José Fernandes Alpoim. A sua paisagem urbana, formada por uma sucessão de praças diferenciadas e pelos edifícios, sobretudo os religiosos, revela recursos típicos da mentalidade e das realizações barrocas (gosto pelas curvas, pelo jogo do claro-escuro, entre outras características).

De acordo com a pesquisadora Cláudia Fonseca, o desenvolvimento do urbanismo da colônia segue a lógica do complexo sistema de poder estabelecido pelos portugueses que buscava exercer um controle total sobre os atos praticados pelos seus habitantes. A ação administrativa procurava impedir um poder quase privado outorgado e exercido pelos primeiros colonos. A Coroa cria uma superestrutura extremamente complexa (o fiscalismo) tendo em vista o caráter e a

natureza da economia mineradora. Produzindo a debilidade da sociedade civil ante um Estado tornado instituição total (FONSECA, 1998). Antes mesmo da descoberta do ouro, a Coroa portuguesa já tributava tudo, e muito. O quinto era cobrado sobre o valor da produção dos minerais. Os dízimos (reais ou mistos) eram direitos da Igreja que no Brasil eram recolhidos pela Coroa por concessão papal.

Mariana foi a primeira capital provincial elevada à categoria de cidade, em 1745, quando tornada sede do bispado. “O controle rígido que a Igreja e o Estado exerceram nessa localidade aparentemente inibiram seu crescimento e ocupação no apogeu do ciclo do ouro” (MONTE-MÓR, 1999b, p.11). Mas devido à precariedade das tecnologias mineradoras empregadas e à manutenção dos métodos predatórios de extração até o final do ciclo, houve uma prematura decadência das minas.

No século XVIII a extração de ouro entrou em decadência e Mariana foi perdendo sua importância econômica e também “perdeu importância do ponto de vista administrativo em 1823, quando a vizinha Ouro Preto foi elevada à condição de capital das Minas Gerais, que concentrou grande parte da oferta de comércio e serviços da região, de certa forma obscurecendo Mariana, situada a apenas 12km da nova capital” (CARDOSO, CYMBALISTA, NAKASHIMA, 2004).

Em substituição à extração aurífera “foram desenvolvidas atividades de menor importância econômica, como lavoura, manufaturas, pecuária, sendo também o início para a exploração do minério de ferro” (CARDOSO, CYMBALISTA, NAKASHIMA, 2004). Mas apesar de manter alguma vitalidade econômica, a posição de centralidade, política e econômica, não foi mais recuperada.

2.4. A valorização da arquitetura colonial mineira como patrimônio histórico, artístico e cultural

A preservação do patrimônio cultural, no Brasil, encontra suas raízes dentro do movimento modernista. Embora pareça contraditória essa afirmação, o fato é que os modernistas, com objetivo de dar uma maior ênfase à cultura brasileira e nutrir sentimentos de identidade nacional, buscaram no passado essa identidade nacional. Essa busca pretendeu afastar do Brasil a europeização nas artes e nos costumes e criar uma nova arte brasileira capaz de retratar a nação, sem a importação de

hábitos de países estrangeiros, e inserir o país entre as nações modernas e civilizadas.

“A ênfase na questão da identidade nacional somou-se à valorização da autonomia da arte nacional - idéia de viés modernista, que privilegiava os processos de adaptação dos modelos formais importados às condições locais, do que resultava uma nova arquitetura, de caráter peculiar e extremamente funcional: a arquitetura brasileira” (PINHEIRO, 2006, 12).

Na luta pelo resgate da cultura brasileira, artistas e intelectuais brasileiros percorreram o interior do Brasil buscando inspiração na tradição local. Esses intelectuais, membros do Movimento Modernista Brasileiro, acabaram criando um inventário da cultura popular brasileira.

Nessa busca, os modernistas encontraram nas cidades históricas de Minas Gerais construções coloniais que mantinham uma unidade estilística original que representava as verdadeiras raízes nacionais.

Em meados do século XIX, Ouro Preto, após a fase da mineração, havia entrado em decadência, mas ainda era a capital da província de Minas Gerais. Quando no final do século XIX ela perde essa condição para Belo Horizonte, foi o “estopim das grandes modificações na cidade”, “os moradores de Ouro Preto revoltam-se, temendo pela derrocada econômica do município, e tentam, sem sucesso, modernizar a cidade” (FLEURY, 2008).

Ouro Preto perde então 40% da população para a nova capital e, até meados dos anos 1920, fica no esquecimento, quando o movimento modernista de 1922 a traz de volta subitamente aos holofotes, quando é redescoberta pelos modernistas Mário e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Lúcio Costa (entre outros artistas e intelectuais). “Em 1933, antes de qualquer outra cidade brasileira, Ouro Preto é elevada à condição de Monumento Nacional, fato inédito no mundo todo, uma vez que as discussões sobre o assunto no exterior eram incipientes” (FLEURY, 2008). “O tombamento garantia a proteção legal da cidade pelo SPHAN, que teria o controle direto sobre qualquer tipo de intervenção, fossem obras novas ou restaurações. Tudo para garantir a autenticidade de sua estética colonial barroca e a preservação daquilo que seria o passado da nação” (FLEURY, 2008).

Esse *status*, porém, não garantia proteção especial à cidade. “A preservação só se transforma em compromisso - incluindo aí a atuação do governo federal - em 1938, quando a cidade é tombada pelo Patrimônio Histórico” (FLEURY, 2008). Nos

anos 1960, ela é elevada à condição de “Cidade Monumento Mundial” pela Unesco, passando assim a integrar o chamado patrimônio cultural da humanidade. Com a extração do alumínio na década de 1970, o município volta novamente a viver um ciclo de prosperidade econômica. “O resultado foi o mesmo observado nos grandes centros urbanos: crescimento populacional acelerado, industrialização e favelização” (FLEURY, 2008).

Ouro Preto (e por extensão as demais cidades históricas de Minas) é hoje um símbolo do barroco e de Minas e um poderoso símbolo da identidade brasileira no imaginário coletivo. O culto a Ouro Preto, às cidades históricas de Minas, ao barroco mineiro e a Aleijadinho pode ser verificado através de livros, artigos de jornais e revistas, promovendo, sobretudo, o turismo na região.

Da busca pela identidade nacional, do processo de nutrir sentimentos de identidade nacional, nascem políticas de constituição do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Como já dito anteriormente, os símbolos são relevantes para afirmação e identificação de um povo como nação. Mario de Andrade, em 1936, na condição de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, realiza um anteprojeto que deu base à criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

A criação do SPHAN se deu em 1937 sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade. A política cultural do órgão faz da região de Minas Gerais e do acervo arquitetônico e artístico do século XVIII representantes máximos de nossa tradição cultural. “O acervo arquitetônico e paisagístico da cidade de Mariana foi tombado pelo IPHAN em 1938 e, em 1945, a cidade foi elevada à condição de Monumento Nacional, por ter sido o berço da história de Minas” (CALDEIRA, 2002).

O SPHAN, que passa a ter a denominação de IPHAN, em 1970, foi criado pelo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 e é órgão responsável pela fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos sítios arqueológicos brasileiros. Com exceção dos sítios subaquáticos, pois são de responsabilidade do Ministério da Marinha do Brasil. O órgão deveria organizar através da fiscalização e proteção o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Brasil considerados exemplares da história com inestimável valor arqueológico, bibliográfico e artístico.

Em 1945 o conjunto foi declarado Monumento Nacional, e muitos imóveis também foram tombados nos distritos e nos caminhos de município. “O Centro

Histórico de Santa Rita Durão, núcleo histórico setecentista, foi tombado pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) em 1996” (CARDOSO, CYMBALISTA, NAKASHIMA, 2004, p. 9).

A aprovação de projetos na área central do município, tanto reformas quanto edificações, passou a ser feita pelo SPHAN, depois IPHAN. Se o tombamento tinha intenção de preservar a paisagem urbana do centro histórico da cidade através do acompanhamento do IPHAN, ao mesmo tempo ele legitimou o município como gestor do uso do solo.

A fim de controlar melhor o que estava em volta do espaço importante para o patrimônio, o IPHAN não delimitou uma demarcação específica de tombamento. “Isso colocou o município em uma situação inusitada: por um lado, na prática, o IPHAN só se interessou pela preservação da região mais central e histórica; por outro lado, a inexistência de limites para a atuação do IPHAN impediu que se desenvolvesse em Mariana uma política explícita de uso e ocupação do solo regulada pelo município” (CARDOSO, CYMBALISTA, NAKASHIMA, 2004, p. 10).

Pode-se observar através do Mapa de Evolução Urbana da Sede de Mariana (ver Anexo 1) que à época do tombamento a área efetivamente urbanizada de Mariana não ia muito além do perímetro histórico, e a falta de delimitação de tombamento causava poucas distorções.

Em Mariana, dentro do conjunto urbano tombado existem 14 monumentos considerados mais significativos que receberam tombamento isolado “destaca-se a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, cuja construção foi iniciada em 1762 e concluída em 1835. Trata-se de uma construção em pedra e cal, construída por decisão da Ordem Terceira, da qual se desconhece o autor do risco original.” (CALDEIRA, 2002)

2.5. Processos urbanos atuais em Mariana.

Mariana é normalmente lembrada como a primeira cidade planejada do Brasil. Seu planejamento se deu por volta do século XVIII por autoria do engenheiro militar José Fernandes Alpoim.

Sua formação remonta ao período de exploração aurífera do século XVIII. O município chegou a ser a capital da capitania de São Paulo e Minas e foi, segundo

Cardoso, Cymbalista e Nakajima (2004), o pólo mais dinâmico e urbanizado da América Portuguesa. Criada em 1709 Mariana foi o primeiro núcleo urbano da região da capitania de Minas a ser elevado à categoria de cidade, em 1745. Mas quando Ouro Preto, situada a apenas 12km, foi elevada à condição de capital de Minas Gerais, em 1823, perdeu importância administrativamente. Grande parte da oferta de comércio e serviços da região se concentrou na nova capital a partir de então.

Hoje Mariana conta com uma população de 51.693 habitantes (IBGE, 2007), possuindo um extenso território dividido em 10 distritos com características urbanas e rurais numa área de 1197km². Localizada na região central de Minas Gerais e fazendo parte da microrregião de Ouro Preto (composta, segundo o IBGE, pelos municípios de Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto), Mariana possui seus principais acessos através das rodovias BR-356/MG e MG-262, que percorrem o relevo montanhoso da região.

2.5.1. Economia

No século XVIII, quando a extração aurífera entrou em decadência, Mariana permaneceu com alguma atividade econômica desenvolvendo atividades de menor importância econômica, como lavoura, manufaturas, pecuária, e iniciou a exploração do minério de ferro, “embora não recuperasse mais a posição de centralidade econômica e política que havia experimentado no século XVIII” (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004, p.5).

Com a implantação da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1914, ligando a cidade a Ouro Preto e a instalação da luz elétrica em 1918, a economia local, cujas atividades relevantes passaram a ser a extração do ouro de aluvião, a indústria de transformação, manufatureira, fabril e beneficiamento das culturas agrícolas, assim como o centro urbano percebem alguma repercussão e crescimento.

Em meados de 1970 instalam-se empresas para extração do minério de ferro, entre as quais a SAMARCO Mineração S.A., e a S/A Mineração da Trindade – SAMITRI, e na década de 80 a Companhia Vale do Rio Doce. Persiste a atividade mineradora, no município encontram-se jazidas de bauxita, ferro, manganês, ouro e quartzito. Atualmente, as principais atividades econômicas no município relacionam-se à mineração – mineradoras de ferro (concentrada na região noroeste, nos distritos de

Santa Rita Durão e Bento Rodrigues), extração de esteatita ou pedrasabão (localizado na região sudeste, em Cachoeira do Brumado e Furquim) e bauxita (região sudeste em Padre Viegas); Artesanato (concentrado em Cachoeira do Brumado), Agropecuária (localizado na região leste e nordeste, nos distritos de Cláudio Manoel e Furquim), e o turismo. (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004, p.5)

“O PIB de Mariana passou de 19,3% do total da microrregião de Ouro Preto em 1985 para 28,7% do total em 1996” (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004, p. 6). Esse crescimento da atividade econômica no município se deve principalmente à atividade mineradora que vem fazendo com o que o município assumira posição de maior centralidade econômica na região nos últimos anos.

O PIB de Mariana cresceu a taxas maiores do que a média do Estado de Minas Gerais nesse período. O PIB *per capita* de Mariana, que em 1996 era de R\$5.524,76, passa a R\$7.008 em 1999 e R\$9.845 em 2002, segundo o IBGE.

TABELA 1
Produto Interno Bruto (PIB) total, a preços constantes de 1996. Período de 1985 - 1996.

Especificação	A preços constantes de 1996 (R\$ 1.000,00)				Taxas médias de crescimento anual (%)			
	1985	1991	1995	1996	1985/91	1991/96	1995/96	1985/96
	Abs.	Abs.	Abs.	Abs.				
Mariana	163.760,96	200.22,49	212.440,95	222.189,39	1,9	3,7	4,6	2,7
Mic. de Ouro P.	847.029,71	791.514,07	778.766,48	774.072,95	-2,5	-1,3	-0,6	-2
Região Central	23.076.834,22	24151151,26	25476275,22	26.053.744,86	1	2,7	2,3	1,8
Minas Gerais	48.141.675,82	52080543,79	55081033,65	57.322.162,58	1,3	3,2	4,1	2,2

Fonte: Relatório do Plano Diretor Ambiental de Mariana - Entendendo a cidade: aspectos socioeconômicos, 2003. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. PIB Municipal - Base de dados 85-96. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

O setor primário, em detrimento ao crescimento das atividades mineradoras, de comércio e serviços, sofre um decréscimo de 1970 a 1991 como se observa na TAB. 2.

TABELA 2
População Economicamente Ativa, por setor (%), Mariana- 1970 / 1991

Ano	Total (Abs.)	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	Outras atividades
1970	6.487	45,8	23,6	30,6	...
1980	8.671	31,0	35,6	33,4	...
1991	13.494	16,7	37,5	45,1	0,7

Fonte: Relatório do Plano Diretor Ambiental de Mariana - Entendendo a cidade: aspectos socioeconômicos, 2003. p.27. Em IBGE. Censos Demográficos. 1970, 1980 e 1991.

Em 1998 a indústria extrativa foi a atividade que mais empregava, com 23,5% do total, seguida da educação (22,8%) e do comércio (22,2%), de acordo com o que se pode observar na TAB 3.

TABELA 03
Pessoal ocupado nas empresas, por atividade, Mariana-MG (1998)

Atividade	Pessoas Ocupadas (%)
Total (abs.)	5.564
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1,5
Indústria extrativa	23,5
Indústria de transformação	3,2
Produção e distribuição de gás e água	*
Construção	3,3
Comércio, Reparação de veículos automóveis, objetos pessoais e domésticos	22,2
Alojamento e alimentação	4,9
Transporte, armazenamento e comunicações	3,9
Intermediação Financeira	0,8
Atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	4,0
Educação	22,8
Saúde e serviços sociais	5,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,1

Fonte: Relatório do Plano Diretor Ambiental de Mariana - Entendendo a cidade: aspectos socioeconômicos, 2003. p.26. Em: IBGE. Cadastro Central de Empresas. 1998.* Menos de 0,1%

A atividade mineradora rendeu a Mariana crescimentos no PIB superiores às médias da sua região e do próprio Estado de Minas Gerais. E a importância da mineração na economia do município é evidente quando se observa o número de empregos diretos que a mineração envolve. Quase um quarto da população está diretamente empregado no setor. E, hoje, a arrecadação do município com a mineração corresponde a mais de 70% da arrecadação total.

Mas, de acordo com um de nossos entrevistados mesmo com a atividade mineradora gerando recursos financeiros para o município, a população local beneficia-se relativamente pouco dessa atividade, pois somente a mão-de-obra não qualificada é contratada em Mariana, visto que os serviços especializados são contratados fora.

Mesmo com o crescimento em importância de Mariana na região, em muitos sentidos o município permanece periférico em relação à Ouro Preto, principal centralidade regional. “Muitos arquitetos e engenheiros atuantes na cidade moram em Ouro Preto, assim como os docentes da UFOP – campus Mariana. Até poucos anos atrás, o IPHAN não possuía um funcionário alocado em Mariana, a política para o município era coordenada de Ouro Preto.” (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004, pág. 6). Até na atividade turística este padrão permanece: Mariana recebe os turistas apenas para passar o dia, mas os turistas pernoitam em Ouro Preto. Esta prática não possibilita o desenvolvimento de uma estrutura turística, atrofiando a rede hoteleira e os restaurantes.

2.5.2. Patrimônio e desenvolvimento urbano

Em 1938, no primeiro ciclo de tombamentos de conjuntos urbanos do SPHAN (atual IPHAN), o conjunto urbanístico colonial de Mariana foi tombado e, em 1945, declarado Monumento Nacional. Muitos imóveis também são tombados nos distritos e percursos da cidade. O Centro Histórico de Santa Rita Durão, núcleo histórico setecentista, foi tombado pelo IEPHA em 1996.

O Governo Federal, na prática, por meio do SPHAN, passou a ser a instância de aprovação de projetos de reforma e edificações na área central do município. Mas o tombamento de 1938 com o objetivo de preservar a paisagem urbana do centro histórico da cidade e controlar melhor o entorno não delimitou um perímetro específico de tombamento. Se, por um lado, o IPHAN seria o gestor do uso do solo do município, por outro, o órgão só se interessou pela preservação dos lugares mais centrais e históricos. Mariana, portanto, não desenvolveu uma política de uso e ocupação do solo.

À época do tombamento, a área urbanizada não ia muito além do perímetro histórico (ver Anexo 1), correspondendo a apenas uma pequena parte. Mas o crescimento da população causou uma enorme expansão da área urbanizada. A cidade cresceu muito e sua legislação urbanística continuava a mesma. Até 2003 “não existiam leis ou decretos municipais de regulação do uso do solo. Apenas o parcelamento do solo era regulado pela Lei 6766/79” (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004, p. 10).

De acordo com o Censo 2000, a população de Mariana era de 46.710 habitantes. Desde a década de 1980 o município vem apresentando taxas de crescimento superiores às da média do Estado, conforme mostra a Tabela 4:

TABELA 04
População total residente, por localização urbana e rural, e taxas médias de crescimento anual (%) Mariana e Minas Gerais – 1991/2000

	População	1970	1980	1991	2000
Mariana	Urbana	14.334	19.503	29.848	38.679
	Rural	10.452	9.901	8.332	8.031
	Total	24.786	29.404	38.180	46.710
	Urbana	6.060.300	8.982.134	11.786.893	14.671.828
	Rural	5.427.115	4.396.416	3.956.259	3.219.666
	Total	11.487.415	13.378.553	15.743.152	17.891.49

Fonte: : Relatório do Plano Diretor Ambiental de Mariana- Entendendo a cidade: aspectos sócioeconômicos, 2003.p.44.Em: IBGE. Censos Demográficos. 1970, 1980, 1991 e 2000..

A concentração da população urbana está no distrito-sede de Mariana, com 30.741 habitantes. Houve na década 1970 e 1980 um forte esvaziamento populacional nas áreas rurais. Em 2000, 83% da população do município concentrava-se nas áreas urbanas, mostrando, pelos dados dos dois últimos censos, que esse esvaziamento vem se estabilizando.

Observa-se pela Tabela 05 que o distrito-sede, área mais consolidada e que engloba a área efetivamente urbanizada do município, e o distrito de passagem de Mariana, praticamente conurbado com o município vizinho de Ouro Preto, acomodam a população mais favorecida, destacando que o município apresenta um território com desigualdades.

TABELA 05

Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio (%) Município de Mariana, seus Distritos e Minas Gerais 2000

	Total de domicílios (Abs.)	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos	Sem rendimento
Mariana (município)	11.653	29,8	19,8	22,8	13,8	6,0	7,9
Bandeirantes	188	43,6	25,0	16,0	6,4	1,1	7,9
Cachoeira do Brumado	553	49,4	24,8	12,8	3,1	2,4	7,5
Camargos	32	56,3	21,9	6,3	6,3	3,1	6,1
Cláudio Manuel	419	56,8	18,4	1,9	1,9	0,5	13,1
Furquim	456	64,0	15,6	0,9	0,9	0,9	9,0
<i>Mariana (distrito sede)</i>	<i>7887</i>	<i>21,5</i>	<i>19,2</i>	<i>17,8</i>	<i>17,8</i>	<i>7,9</i>	<i>7,3</i>
Monsenhor Horta	448	50,4	24,1	4,0	4,0	0,7	7,0
Padre Viegas	492	56,7	15,9	3,0	3,0	0,2	16,5
<i>Passagem de Mariana</i>	<i>784</i>	<i>21,8</i>	<i>21,0</i>	<i>15,2</i>	<i>15,2</i>	<i>5,2</i>	<i>5,5</i>
Santa Rita Durão	394	50,0	26,4	1,8	1,8	0,8	8,3
Minas Gerais	4.765.285	26,9	22,00	11,6	7,9	7,9	7,6

Fonte: Relatório do Plano Diretor Ambiental de Mariana - Entendendo a cidade: aspectos socioeconômicos, 2003. p.65. Em: IBGE. Censo Demográfico. Minas Gerais. 2000.

Segundo o Prefeito à época⁸, as dificuldades de acesso à terra para expansão urbana são muitas, principalmente porque as terras adjacentes à área urbanizada pertencem a poucos proprietários, sendo o maior deles a Mina da Passagem de Mariana. Isso dá aos proprietários de terras um alto poder de fixação de preços, resultando que a terra em Mariana é bastante cara: na periferia chega a cerca de R\$60,00/m², e em áreas mais centrais chega a R\$120,00/m², a R\$180,00 m² (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004).

Ainda assim, em parte pelo porte de sua população, Mariana não apresenta uma situação grave do ponto de vista das condições habitacionais da população urbana. Não existem favelas no município, os loteamentos populares são razoavelmente providos de infra-estrutura, e de uma forma geral o poder público municipal tem tido condições de prover terra para a população de baixa renda – ainda que muitas vezes com pouca infra-estrutura, e em localizações desfavoráveis (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004).

103_____

⁸ Celso Cota Neto – Prefeito do município de Mariana, nas gestões de 2000/2004 e 2005/2008 –entrevista realizada em 05 de agosto de 2004 pela equipe de elaboração do Plano Diretor coordenado pelo Instituto Polis.

Embora a esfera municipal tenha sido omissa em relação à regulação do território do município de Mariana, não significa que toda a cidade tenha sido largada, pois o IPHAN cuidou com razoável interesse de preservar a qualidade urbanística na região central, não por acaso aquela ocupada pela elite e por setores médios da cidade. Se for levado em conta que a regra para os municípios brasileiros sempre foi a de regular os espaços centrais e ocupados pelas elites da cidade em detrimento das regiões mais pobres, Mariana não constitui um caso excepcional. A excepcionalidade, que é o interesse e a atribuição da esfera federal, significou uma posição politicamente confortável para o município, que não precisou arcar com o ônus de instalar uma estrutura de gestão urbana, e conseguiu, via regulação e gestão da esfera federal, atender aos interesses de suas elites. Por outro lado, a inexistência de regulação urbanística de qualquer espécie deixou o município ainda mais livre para operar junto àqueles que estavam em situação indefinida em relação à legalidade urbanística.

Dessa maneira, o contexto específico de Mariana exprime de forma extrema o sistema de dois pesos e duas medidas que caracteriza a intervenção do estado sobre o território.

Mariana caracterizou-se nas últimas décadas por uma história de clientelismo e favorecimentos nas relações entre o poder público municipal e a sociedade local, conforme já apontado. Do ponto de vista da gestão do território e da política urbana, o clientelismo revelou-se em uma tradição de doação de terras aos mais pobres, sem infraestrutura e via de regra mal localizadas, em troca de sustentação política. Ao mesmo tempo, perseguia aqueles que não estavam do seu lado, e privilegiava as tradicionais elites da cidade. Para promover essas relações, a ausência de regras claras e de base institucional e administrativa para lidar com a irregularidade urbanística, deixava a classe política ainda mais à vontade para direcionar a gestão e os recursos públicos conforme interesses dos grupos políticos. (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004, p. 10)

Dois tentativas anteriores de elaboração de planos diretores não foram levadas adiante. O primeiro foi um Plano de Desenvolvimento para Ouro Preto e Mariana, proposto no ano de 1974 por um conjunto de instituições: Fundação João Pinheiro, IPHAN, IEPHA, as Prefeituras municipais de Mariana e Ouro Preto, mas que falhou devido à falta de suporte político e financeiro. A segunda tentativa foi em 1989, envolvendo os setores industriais, a administração pública e organizações federais, regionais e locais, mas também não foi concluída (CARDOSO, CYMBALISTA E NAKAJIMA, 2004).

Pode-se dizer que se percebem, do ponto de vista de sua configuração espacial, duas Marianas: a “Mariana velha” (conjunto urbano colonial) e a “Mariana nova” (a cidade da mina de ferro e da siderurgia).

Em 2002, um importante projeto iniciou-se no município, o Programa Monumenta⁹ que junto com o município totaliza R\$ 125 milhões em recursos. A atuação do programa em Mariana se dá tanto em monumentos quanto em espaços públicos. Em novembro de 2008 foram concluídas as obras de recuperação da Praça Cláudio Manoel, também conhecida como Praça da Sé, fruto desta parceria, com valor da obra estimado em aproximadamente R\$ 416.000,00. (UNESCO, 2008).

Este projeto já realizou várias obras em Mariana, entre elas a recuperação da Casa da Rua Direita, atual Centro de Atendimento ao Turista, e das Praças São Pedro dos Clérigos, Minas Gerais e Tancredo Neves. O total de investimentos feitos pelo Monumenta na cidade, até agora, é de cerca de R\$ 7,4 milhões. Até 2009, haverá um recurso adicional de mais R\$ 4 milhões. (UNESCO, 2008).

O programa a ainda atua em obras na Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos, Casa do Conde, Casarão dos Moraes, Centro Cultural no Seminário Menor, na Praça Santo Antônio, Praça Barão de Camargo, Praça Dom Silvério, Sinalização turística e vias das áreas dos projetos.

2.5.3. Normas, programas e projetos de desenvolvimento do turismo em Mariana

Conforme foi relatado um grande investimento foi feito no patrimônio edificado de Mariana e este investimento, além de visar a preservação do patrimônio, também visa a melhoria da qualidade da oferta turística. Mas não basta ter potencial turístico e investir na oferta para que seja criada uma demanda turística. É necessário que haja planejamento. Petrocchi (2002, p. 72) afirma que “o planejamento dá coerência e convergência às atividades em prol do crescimento do turismo (...) deve ordenar o território e melhorar as infra-estruturas, equipamentos, serviços, promoções e preservação do meio-ambiente físico, natural e urbano”.

103_____

⁹ Programa federal destinado a viabilizar a preservação histórica relacionada aos processos mais amplos de desenvolvimento urbano na cidade. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os recursos financeiros do Programa vem do Ministério da Cultura, por meio de contrato de empréstimo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e do município. Atualmente, 26 cidades participam do Programa Monumenta. Todas elas foram escolhidas de acordo com a representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação, de acordo com o site: www.monumenta.gov.br

É necessário que haja um plano, que é o processo de planejamento. Segundo Barretto (1991, p. 41) existem diferenças entre plano, programa e projeto e estas diferenças estão relacionadas à sua área de abrangência e ao seu grau de abstração, sendo: “plano é a filosofia geral e abrange o sistema por inteiro. O programa abrange um setor e constitui uma proposta prática, aprofundada do plano. O projeto abrange o detalhamento das alternativas de intervenção, constituindo-se na unidade elementar do sistema”. Sob esta linha de raciocínio, a autora complementa que “os objetivos setoriais do plano serão [...] os objetivos gerais do programa e os setoriais do programa serão os objetivos gerais do projeto. O programa não é apenas a soma dos projetos, mas a soma e a vinculação entre eles”. O programa ainda deve prever os meios e recursos necessários para alcançar determinados objetivos do plano.

Diante do pressuposto de que Mariana possui potencial para expressivo desenvolvimento do turismo cultural, em função do seu relevante patrimônio edificado e também natural, e que o aproveitamento de tal potencial é aparentemente prejudicado pela priorização de determinados processos econômicos e urbanos, foram pesquisadas iniciativas públicas ocorridas nas últimas décadas, que tiveram o objetivo de desenvolver o turismo no município em questão.

O estudo das iniciativas públicas cobriu as esferas estadual e municipal e, no âmbito de cada esfera, foi feita a análise de normas, planos e projetos com algum impacto sobre o desenvolvimento do turismo cultural em Mariana. Ressalta-se que não se tem o objetivo de fazer uma avaliação geral das iniciativas públicas estudadas, nem uma revisão completa sobre as políticas e iniciativas públicas para o desenvolvimento turismo, mas sim de focar as questões relevantes ao turismo cultural, em especial aquelas que se aplicam ao estudo de caso.

O QUADRO 1 destaca as iniciativas públicas apresentadas neste item.

QUADRO 1
Normas, programas e projetos em turismo – Mariana – MG

	ESTADUAL	MUNICIPAL
NORMAS		Lei do Plano Diretor
PLANOS E PROGRAMAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Circuitos Turísticos ▪ Estrada Real 	
PROJETOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução de Projetos vinculados à Estrada Real 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto do Centro do Convenções

Fonte: pesquisa do estudo

Na esfera estadual a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) foi criada em 1999 e é a instância da unidade federativa de Minas Gerais que tem por finalidade planejar, coordenar e fomentar as ações do negócio turismo, objetivando a sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado.

O desenvolvimento da política de turismo no Estado de Minas Gerais, seguindo das propostas de descentralização, segmentação e regionalização feitas pela Política Nacional do Turismo, se dá através dos Circuitos Turísticos. O Decreto 43321 2003 de 08/05/2003¹⁰ em seu artigo 1º, parágrafo 1º, estabelece: “Considerar-se-á Circuito Turístico, o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.”

Os circuitos têm certificados de reconhecimento fornecidos pela SETUR de caráter bienal. Atualmente o Estado, segundo a SETUR, conta com 58 Circuitos Turísticos formatados e 45 certificados, que contemplam aproximadamente 469 municípios dos 853 existentes (55%). Os Circuitos devem ser formados por no mínimo 5 municípios de uma mesma região, com afinidades turísticas. É possível

que algum município possa vir a deixar de fazer parte do Circuito caso não cumpra as exigências determinadas no Decreto 43321.

O município de Mariana faz parte do Circuito do Ouro. Este programa incentiva o desenvolvimento do turismo em Mariana, bem como estabelece diretrizes para promoção do destino. Estas iniciativas potencializam os esforços na promoção do desenvolvimento turístico podendo facilitar até mesmo a capacitação profissional no setor de atendimento ao turista, através de cursos incentivados pelos governos federal e/ou estadual.

No calendário de eventos de Minas Gerais¹¹ Mariana tem destaque em fevereiro com o carnaval, em abril o Mariana Country Fest, o Encontro Regional dos Evangélicos de Mariana e a Semana Santa, em maio acontece o Festival da Vida, na primeira quinzena de Julho o Festival da Panela de Pedra e durante todo o mês o Festival de inverno e ainda no dia 16 de julho é a comemoração do aniversário da cidade, em agosto tem a Exposição Agropecuária, em setembro acontece o Festival da Juventude e a Semana da Cultura Popular, em outubro tradicionalmente tem na semana da criança: o Festival Criança Brasil e ainda, no mesmo mês, o Iron Biker Brasil e a Semana do Mestre Athayde e durante todo o mês de dezembro acontece o Natal Luz. Embora o turismo cultural é um turismo menos sazonal que outros segmentos já que não depende de sol ou clima, é importante inserir no calendário eventos ao longo do ano para fomentar o turismo e promover o destino.

O município de Mariana faz parte ainda do programa da Estrada real, idealizado pelo Instituto Estrada Real, criado por iniciativa da Fiemg como uma sociedade civil sem fins lucrativos. Seu objetivo é o desenvolvimento integrado do turismo na Estrada Real, de forma sustentável, promovendo experiências para o turista e criando oportunidades de negócio para a indústria mineira. Este programa tem diversos projetos que visam incentivar a atividade turística nas regiões envolvidas, dentre eles o projeto de sinalização turística onde foram criados marcos que identificam o roteiro, sinalizando a 'estrada real'. Conta ainda com o Projeto Memória, que trabalha com a educação de ensino fundamental através de um concurso de redações sobre os temas relacionados à Estrada Real. O prêmio é uma viagem ao destino abordado, incentivando não apenas a cultura e o conhecimento teórico, mas a experiência turística. Existe também o Projeto Unidades Móveis

Senai-MG que visa a qualificação de profissional na estrada real levando cursos às cidades. O projeto de Produção Associada ao Turismo é um incentivo à toda produção que detêm valores naturais e/ou culturais de uma localidade, capaz de agregar valor turístico a algum produto. Todas as iniciativas, projetos e obras da Estrada Real são de incentivo ao desenvolvimento e à qualificação do turismo, sendo um programa de grande relevância cultural e turística. Seus projetos aqui descritos beneficiam todo o percurso que foi contemplado em fazer parte do caminho real em Minas Gerais.

Após as duas tentativas frustradas de elaboração do Plano Diretor de Mariana em 74 e 89 citadas no subcapítulo 3.4.3, entrou em vigor em janeiro de 2004, através da Lei Complementar 016, o Plano Diretor de Mariana é uma grande conquista. O Plano Diretor é obrigatório, segundo o Estatuto das Cidades, para toda cidade com mais de 20mil habitantes e para toda cidade com potencial interesse turístico.

“Propor regras de organização das atividades turística e de mineração nos respectivos eixos de dinamização sócio-econômica” como colocado no artigo 17 inciso VII, do Plano Diretor de Mariana, é uma das funções do Conselho Municipal de Planejamento Urbano Sustentável. O Plano Diretor de Mariana associa a importância do planejamento do turismo associado diretamente ao planejamento urbano, conforme inicial idéia da pesquisa aqui desenvolvida. Em seguida, no inciso VIII ainda no artigo 17 uma outra função do conselho é colocada: “analisar estudos e projetos de viabilidade econômica e urbanística da ocupação e do uso em eixos turísticos”.

A gestão sócio-econômica proposta pelo Plano Diretor de Mariana tem por base a construção da rede de polarização do município, composta por 5 pólos sócio-econômicos, 3 eixos municipais de dinamização sócio-econômica e onze programas estratégicos de desenvolvimento. A forma de gestão proposta, a possibilidade da exploração mineral ou turística e as referências várias são as linhas imaginárias que compõem os eixos municipais de dinamização sócio-econômica, divididos em eixo turístico Norte Sul, eixo turístico Leste Oeste e eixo de Exploração Mineral.

Os eixos turísticos são traçados sobre porções do território municipal com potencial atratividade para o desenvolvimento da atividade turística. Entre os objetivos específicos dos eixos turísticos é apontada a consolidação da atividade turística como uma das principais fontes municipais de renda e de trabalho.

O Plano Diretor legisla também sobre o Patrimônio Cultural através de programas. A grande importância da inserção do desenvolvimento da atividade turística e da valorização do patrimônio cultural no Plano Diretor de Mariana é a nova abordagem que estes objetos têm a partir de se tornarem parte da lei de desenvolvimento e planejamento municipal. Passam a fazer parte da agenda do município e ter potencializados mediante legislação municipal sua importância e urgência. Estrategicamente é de grande relevância que o desenvolvimento do turismo seja um dos programas de desenvolvimento sócio-econômico de Mariana. Inserir o desenvolvimento da atividade turística no Plano Diretor no município, mais do que promover a atividade turística é reconhecer sua importância para Mariana como geradora de trabalho e renda e ao mesmo tempo entendê-lo como agente da organização territorial a fim de minimizar impactos urbanos e ambientais causados por sua implementação. O programa inclui ações a serem desenvolvidas, bem como projetos específicos para o desenvolvimento do turismo.

Embora sejam obras e projetos de extrema importância, o Plano Diretor não inclui um planejamento específico para o desenvolvimento do turismo. As diversas ações são projetos de revitalizações, reabilitações e adequações funcionais. Há também a regulação do uso e ocupação do solo e seu impacto com especial atenção aos eixos turísticos. A paisagem também foi objeto de atenção para que não haja comprometimento visual no centro histórico com alteração negativa da paisagem urbana e patrimônio natural e cultural. Também há a preocupação com a sobrecarga na capacidade de suporte da estrutura ou infra-estruturas instaladas. Estas legislações e intervenções sugeridas, embora importantes tanto para a manutenção e valorização do patrimônio quanto para o incremento do turismo, são ações pontuais que não configuram um projeto de desenvolvimento da atividade turística, não havendo qualquer iniciativa em realização de pesquisas de demanda ou projetos de marketing e divulgação. Ressalta-se a importância e relevância da elaboração do Plano diretor com sua devida valorização do patrimônio e no desenvolvimento da atividade turística.

Após alguns anos da aprovação do Plano Diretor, o município já tem diversos dos seus projetos realizados.

2.5.4. O turismo em Mariana – percepções de representantes do poder público e do empresariado

A primeira referência explícita encontrada sobre o turismo em Mariana foi possivelmente uma reportagem na Revista da Semana, de 1933. Foi publicado um texto de duas páginas, de autoria do fotógrafo Gilberto Ferrez, que relata sua estadia na cidade de “Marianna”. Tal texto, de duas páginas, contém uma pequena análise das principais igrejas (Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, São Pedro dos Clérigos e Catedral da Sé) e ressalta a transformação da Igreja de São Pedro dos Clérigos em museu histórico à época. A reportagem ainda faz referência à “lendária cidade do ouro, dos seminários, das igrejas e dos estudiosos” (FERREZ, 1933, p.18).

A principal atividade econômica de Mariana hoje continua sendo a extração mineral. Essa é a resposta dada em entrevista pelos representantes do governo municipal: Mariana Figueiredo Barbosa (turismóloga), da Secretaria de Cultura e Turismo; pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, Leonardo Brumano Kalil; por Leonardo Rodrigues dos Santos, engenheiro da Secretaria de Obras; e pelos representantes do empresariado da rede hoteleira de Mariana Wanderley Muller e ‘Seu’ Correa, apesar da vocação turística da cidade. Em 2008, 78% da arrecadação do município veio da mineração, de acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico do município, confirmando que esta atividade é a principal fonte arrecadadora do município.

O secretário defende a necessidade de investir em outras áreas além da mineração, já que o minério é um recurso finito. Os programas da prefeitura ao longo dos últimos oito anos destacam a necessidade e a importância de se preparar o município com os investimentos básicos em educação, saúde e infra-estrutura (rede pluvial, esgoto), já visando o turismo como alternativa para o crescimento econômico.

O Secretário entrevistado acredita que uma das alternativas para Mariana seja a substituição da mineração pelo turismo. Para ele, o projeto de requalificação urbanística deve ir além de reformar o centro, reformar as praças e fazer uma nova prefeitura. Com uma visão mais ampla e voltada para a população, acredita que preparar a cidade é também investir nas áreas de esporte, educação, saúde,

construir o centro de artesanato, o centro de convenções e negócios. De fato, o embelezamento da cidade é fundamental para o turismo, mas existem outros tipos de turismo, como o turismo religioso e o turismo esportivo. Segundo ele, Mariana terá uma estrutura completa na área de esporte, ginástica, natação, com capacidade de realizar vários torneios estaduais e até federais.

Porém, não foi o turismo que recebeu nos últimos anos o maior investimento com recursos da prefeitura, e sim o meio rural. Ele informou que foram de 600 a 800 propriedades que receberam investimentos da prefeitura, e foram mais de 30 postos de saúde construídos, descentralizando o atendimento na saúde com oito policlínicas. Está sendo feito um investimento de mais de três (três) milhões de reais na construção de uma cooperativa, para produção de mais de 20 mil litros de leite, com cerca de 200 produtores filiados. Outras obras foram feitas com a intenção de que o meio rural atinja 4% do PIB, dobrando o que ele representava em 2008, a partir da preocupação com a sustentabilidade das ações e com a efetiva fixação do homem no campo.

Essas ações visam também a retirar do meio urbano pequenas empresas nos padrões de marmorarias e marcenarias, que não combinam com o turismo.

A visão do Secretário está voltada claramente para o desenvolvimento prioritário do meio rural, focando a maior parte de seus esforços e investimentos nesta região, mas esse esforço é considerado uma base para o desenvolvimento do turismo. Ele acredita que não só a cidade precisa ser preparada para receber os turistas, mas todos os distritos também e que esses investimentos feitos no meio rural são investimentos que vão valorizar os produtos da região que podem, junto com o artesanato, ser comercializados para os turistas.

É importante destacar que cada secretaria tem seu foco de trabalho, mas que os três representantes de secretarias municipais entrevistado citaram o turismo como alternativa para o possível incremento do PIB.

O representante da Secretaria de Obras reconhece que o desenvolvimento do turismo e a valorização do patrimônio histórico concorrem com outras atividades (como indústria, comércio, serviços) de forma paralela. Defende que a cidade é uma cidade turística e precisa de desenvolvimento turístico, porém que sem o comércio e a indústria a cidade não sobrevive. Segundo ele, os investimentos devem favorecer tanto a atividade turística, revitalizando os acessos ao centro histórico, quanto a área agro-industrial, com obras que valorizam o produtor rural.

O engenheiro acredita que a maioria das obras realizadas preservaram o patrimônio, citando que foi respeitado o calçamento original da cidade ao se trocar asfalto e bloquete por paralelepípedo, que os muros feitos de concreto foram revestidos com pedras, que a rua de principal acesso ao centro foi toda recuperada e revitalizada e que a rede elétrica foi feita subterrânea para não agredir o patrimônio histórico.

Ao citar que a cidade passa por um crescimento desordenado, com ocupação às margens dos córregos, com algumas obras que impactam visualmente o centro histórico, o engenheiro ressaltou que algumas ações foram tomadas, como a recuperação de fachadas e do calçamento original de Mariana. Existe ainda, segundo o engenheiro, o plano de fazer um alargamento dos córregos para evitar as enchentes, como foi feito no centro da cidade. Há fiscalização nas encostas para não haver construções irregulares. Os bairros estão recebendo infra-estrutura como água, esgoto e asfaltamento, de forma a não agredir o centro histórico.

O trânsito também normalmente representa um problema em centros históricos e pode se tornar uma forte ameaça para o patrimônio e o turismo. O número de carros aumenta com o crescimento das cidades, as ruas normalmente não são suficientemente largas para possibilitar um bom fluxo do trânsito, sem contar o possível impacto no patrimônio da poluição e da vibração dos veículos circulando nas ruas. E essa situação não é diferente em Mariana. Por enquanto apenas os ônibus foram impedidos de passar pelo centro histórico na tentativa de desafogá-lo, já que não comporta tamanho tráfego.

O centro histórico de Mariana é todo tombado pelo patrimônio e recebe tratamento especial: qualquer intervenção tem que ser feita com o aval do IPHAN respeitando-se às características originais.

Algumas obras referentes ao turismo ainda estavam para ser terminadas, conforme lembrou Leonardo Kalil, como o portal turístico na entrada da cidade, um espaço de atendimento ao turista na antiga rodoviária. Outra obra que estava sendo realizada era a revitalização dos acessos do centro histórico com a troca do asfalto por paralelepípedo, para que o turista vá até o centro histórico passando por uma região que mantenha as características originais da inauguração da cidade. Para o engenheiro, quando a prefeitura terminar a revitalização do centro histórico e a revitalização dos morros em torno da cidade, deveria haver um investimento maior nos bairros e distritos na mesma proporção do centro da cidade. Sua opinião é de

que seria um investimento para o turismo porque no pavimentar todos os distritos com acesso à cidade possibilitaria ao turista conhecer não somente o centro histórico da cidade, mas toda a história de Mariana, completando, segundo o engenheiro, as obras necessárias para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Todos os entrevistados concordam que Mariana é um município turístico que tem um enorme potencial para o turismo cultural, reconhecido por órgãos ligados ao patrimônio, como o IPHAN e o programa MONUMENTA.

Segundo a turismóloga da Secretaria de Cultura e Turismo existe a consciência em Mariana de que o minério está acabando e de que se trata de um recurso limitado, e que o turismo foi valorizado através de intervenções e obras a fim de que seja uma fonte arrecadadora de renda para o município. A cidade de Mariana não possui um levantamento de dados ou números sobre o turismo, o que dificulta saber o que os investimentos em turismo representam em termos de empregos diretos e indiretos e em arrecadação.

Os setores hoteleiro e de restaurantes da cidade se reuniram e formaram uma associação motivada pela consciência de que o minério está acabando e é preciso tentar tornar a experiência da visita a Mariana a mais agradável possível.

Até bem pouco tempo não havia preocupação com a preservação do patrimônio em Mariana, até que a Igreja do Carmo sofreu um incêndio há menos de 10 anos. Houve a partir daí uma mobilização da sociedade além da uma cobrança do IPHAN pela atenção ao patrimônio.

Foram implantados no município, segundo Mariana, a Associação de Guias de Turismo em Mariana (AGETURB) e o projeto de monitores da prefeitura, que, segundo ela, envolvem 30 pessoas entre guias e recepcionistas, que vêm apresentando os principais pontos turísticos, igrejas, museus, e ciceroneando os turistas.

Diversos investimentos foram feitos para o desenvolvimento do turismo em Mariana pela esfera municipal. Entre eles destaca-se a abertura do centro de atenção ao turista que visa, entre outras atividades, levantar dados sobre o turismo junto aos setores envolvidos. Foi criado o portal turístico, feita a reestruturação da cidade, implantado o terminal turístico, realizada a capacitação de guias, da equipe da prefeitura e da secretaria de turismo.

Entre as obras destacam-se: o desmonte do ginásio (figura 1), que foi retirado por ser agressivo visualmente, e a construção do centro de convenções (figura 2),

com salões e auditórios, que ficará no lugar do ginásio. Outras obras importantes citadas são o centro de artesanato e de exposições que vai funcionar onde ficava o prédio da prefeitura; a reforma da Praça da Sé e a reforma do Largo de São Pedro dos Clérigos.

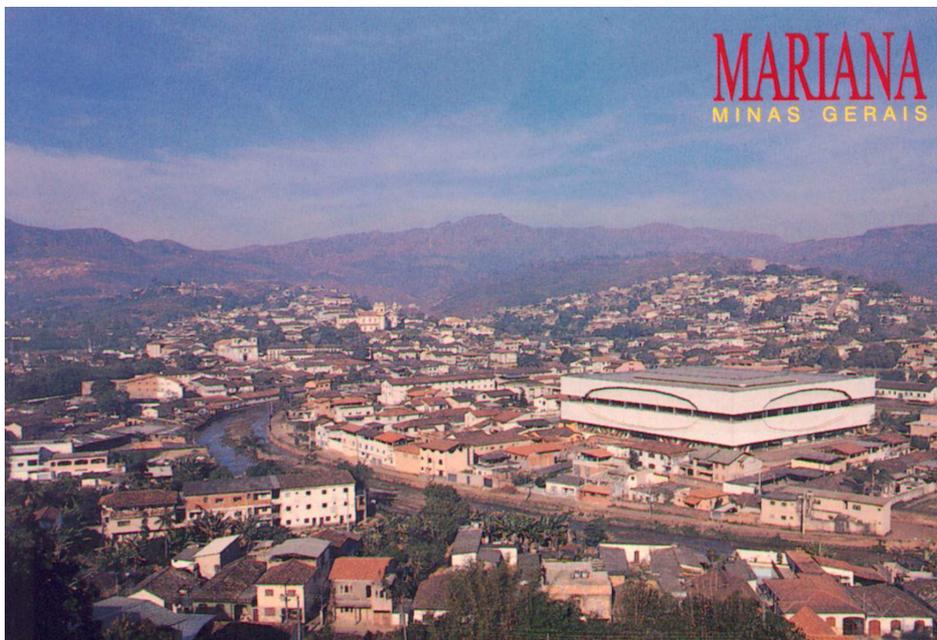


Figura 1: paisagem de Mariana com o antigo Ginásio – Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13829&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>

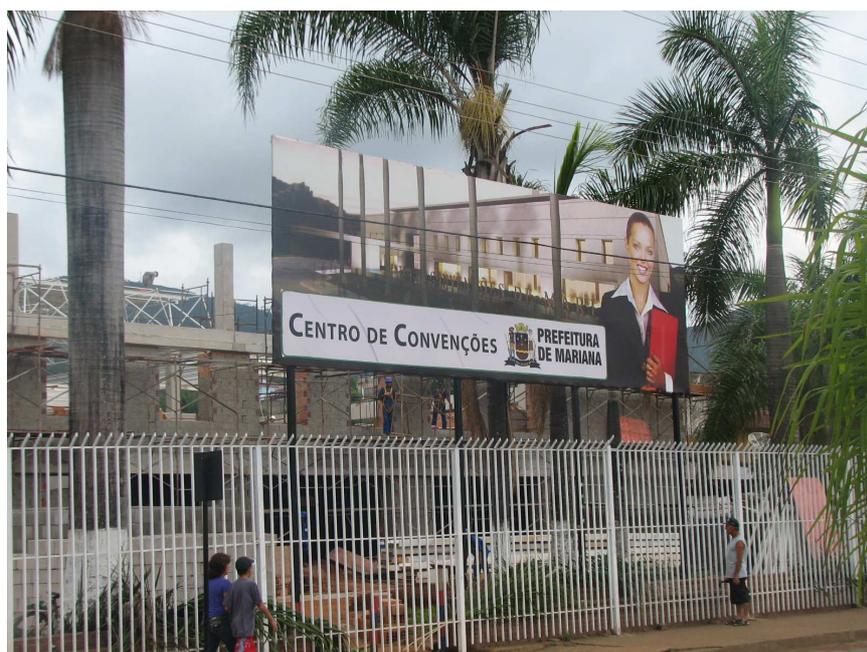


Figura 2: Construção do Centro de Convenções. Foto: Bruna Tassis em nov/2008

O IPHAN tem acompanhado todas as obras em Mariana, embora caiba à prefeitura a tomada de decisões referentes à destinação de recursos. A cidade de Mariana está pleiteando o título de patrimônio mundial junto à UNESCO e, por isso, tem investido bastante no patrimônio porque acredita que o título vá ajudá-la a desenvolver o turismo. Para tanto, contudo, serão necessárias intervenções na recuperação ambiental e segundo reportagem no jornal Hoje em Dia de 04/03/2009 do procurador de Mariana, Israel Quirino, além da recuperação ambiental outro alvo imediato de fiscalização serão as 'varandas paulistas' e as antenas parabólicas, já que a regulamentação dá ferramentas para exigir postura adequada da população. Mas o fato de ser a primeira cidade de Minas, a primeira capital do Estado e o primeiro centro urbano da América Latina são argumentos de peso para o tombamento de Mariana.

Além das obras já citadas, a turismóloga cita a restauração da Maria Fumaça que liga Mariana a Ouro Preto e que, embora não tenha investimento da prefeitura (é uma obra da Vale), é uma obra que também valoriza o desenvolvimento do turismo local. Além disso foi implantada no município a sinalização turística (figura 3).



Figura 3: Sinalização turística – Foto: Bruna Tassis em nov/2008

Existe ainda a tentativa de unificar Ouro Preto e Mariana num plano de ação conjunta para o desenvolvimento do turismo. É uma discussão constante entre os prefeitos que finalmente está dando frutos. Em 2008, uma das escolas de carnaval

de Ouro Preto homenageou Mariana com o tema: Ouro Preto e Mariana, cidades irmãs. Hoje o festival de inverno é conjunto entre os municípios e existe o planejamento de outros festivais que vão gerar mais interação entre as cidades.

A turismóloga da Secretaria de Cultura e Turismo constatou que o município possui poucos restaurantes e hotéis, o que é um dos problemas para o desenvolvimento do turismo, mas acredita que com o incremento da atividade turística a oferta de serviços vá se desenvolver naturalmente.

A rede hoteleira de Mariana possui cerca de 25 hotéis, motéis e pousadas, com capacidade de hospedar cerca de 450 pessoas, embora não existam dados exatos.

O Hotel Muller tem capacidade para até 200 pessoas, o que representa quase metade da capacidade de hospedagem do município, e possui a ocupação média anual de 70%. Contudo, o turismo de lazer responde por apenas 5% da ocupação de hotel.

Segundo os empresários, Mariana não é igual a Ouro Preto em relação ao turismo. Os hotéis atendem, em sua maior parte, prestadores de serviço de empresas, como da Vale do Rio Doce, o que deixa a rede hoteleira à mercê das empresas. O empresário afirma que se a rede hoteleira de Mariana sobrevivesse do turismo já teria falido, pois há pouco incentivo ao turismo na cidade: o turismo em Mariana acontece em sua maior parte nas férias e no final de ano e somente nos últimos oito anos a prefeitura se interessou por essa atividade.

A visão do empresariado é de otimismo em relação ao turismo esperando que este traga um retorno maior, já que os valores cobrados das empresas são negociados.

Wanderley aprova todas as obras e destaca a importância do trabalho do IPHAN e do MONUMENTA. Para ele é preciso melhorar ainda mais o departamento de turismo da prefeitura, e o ideal seria que esta estivesse em contato com a secretaria de turismo do Estado no desenvolvimento do turismo.

O outro entrevistado, 'Seu' Correa, não se mostra tão otimista, pois percebe que falta muito a ser feito, embora admita que têm sido feitos investimentos na recuperação do patrimônio e no desenvolvimento do turismo. 'Seu' Correa é proprietário do Solar dos Correa. Sua pousada fica no centro histórico, em um edifício tombado, o que oferece outra perspectiva do trabalho dos órgãos reguladores do patrimônio. O empresário reclama que o IPHAN, por vezes, demora

a aprovar projetos no seu edifício, que é tombado, não propondo alternativas e criando impasses.

O Solar dos Correa hoje tem 24 leitos nos seus 12 apartamentos. E, embora seja completamente diferente do Hotel Muller em capacidade e aspecto, a realidade é a mesma. De segunda a sexta 100% da ocupação é prestadores de serviço da Vale do Rio Doce. E nos fins de semana o hotel não tem mais do que 15% de ocupação, a não ser em fins de semana prolongados. Ainda segundo o empresário, que possui a pousada há 16 anos, o turismo que oscilava em torno de 5 a 8% da ocupação total do Solar dos Correa, hoje não passa de 5%. Ele considera que Mariana possui poucos atrativos, embora se tenha melhorado o centro histórico. Ele acredita que as pessoas visitam Mariana mais para descansar porque não há nada o que fazer na cidade.

Para 'Seu' Correa, o centro de convenções é o melhor caminho para o desenvolvimento do turismo em Mariana, mas somente se houver investimento em mão-de-obra qualificada para trabalhar em sua gestão. O principal investimento, segundo o empresário, é a divulgação do município, porque "ninguém sabe onde fica Mariana".

Outra observação feita pelo 'Seu' Correa é a falta de união da rede hoteleira: com a pressão das empresas-clientes, os preços são impostos e, sem união do empresariado ou uma alternativa como o turismo, não há como fugir.

Assim constata-se que Mariana, uma cidade com grande valor histórico e cultural e também com edificações de grande relevância, tem uma vocação latente para o turismo cultural. Porém, há apenas pouco tempo que este tema tem sido abordado efetivamente por parte do governo local. No entanto observou-se uma grande expectativa, por parte dos gestores públicos e gestores da rede hoteleira, em relação aos resultados da valorização do patrimônio e dos investimentos feitos.

2.5.5. Planejamento turístico e processos urbanos em Mariana

O turismo, enquanto fenômeno espacial interage com os outros processos urbanos. Cada localidade tem uma demanda de processos de acordo com sua realidade. Verificar a relação entre estes processos em Mariana é o objetivo desta dissertação. Considerando o planejamento como facilitador desta relação buscou-se

analisar o planejamento turístico e o planejamento urbano do município e verificar os pontos de contato entre eles e suas analogias.

Com os levantamentos feitos observou-se que Mariana não possui um planejamento turístico de desenvolvimento do turismo. Apenas nos últimos 10 anos verifica-se uma tentativa de desenvolvimento do turismo através de sua inserção no Plano Diretor que entrou em vigor em 2004.

As ações práticas desde então visam a indicação do município como patrimônio da humanidade, título conferido pela UNESCO. Diversas obras foram realizadas para revitalização e preservação do patrimônio histórico e cultural de Mariana como recuperação de igrejas, troca de calçamento, melhoria de infraestrutura no centro histórico entre outras obras.

Considera-se que, por si só, estas iniciativas, embora válidas, ainda estão aquém das necessidades de preservação de algumas obras, e ainda não configuram um planejamento da atividade turística do município.

Durante muitos anos, na relação entre o turismo e outros processos urbanos, o turismo de Mariana foi deixado de lado em detrimento a outros interesses e processos. O turismo na cidade não recebeu tratamento ou tentativa de desenvolvimento.

Nos últimos 10 anos o turismo tem feito parte do discurso e da agenda municipal, mas ainda não foi alvo de um plano de desenvolvimento específico. O que se observa por enquanto é a recuperação de obras que estão diretamente ligadas ao turismo cultural, mas ainda em fase de recuperação.

Foi criado o Centro de Atendimento ao Turista e a oferta tem sido trabalhada, o que não foi observado é um plano de geração de demanda, ou plano de marketing ou qualquer iniciativa que indique um aumento de turistas em Mariana.

A relação que foi buscada na pesquisa não existia. Existia uma total subordinação do turismo frente a outros interesses do município.

O planejamento do turismo acredita-se, é um facilitador dessa relação entre o turismo e outros processos urbanos. Além de colocar a atividade turística na pauta da agenda do município ele tem objetivos claros e planos traçados para se alcançar estes objetivos. E com este plano torna-se possível que os interesses de desenvolvimento do turismo em Mariana sejam observados e levados em consideração.

Hoje, com o Plano Diretor o turismo tornou-se um dos eixos de desenvolvimento do município. E com esta abertura é necessário o desenvolvimento de um plano específico de incremento da atividade do turismo.

Mariana tem resguardo em sua legislação para a melhora e aumento da atividade turística. É importante aproveitar e realizar um planejamento com este fim. O que foi observado é uma série de atividades isoladas sem que gerem necessariamente demanda ou interesse visando o crescimento do turismo.

CONCLUSÃO

Observou-se em Mariana uma situação singular de desenvolvimento urbano. O município teve seu crescimento diretamente ligado à atividade de extração mineral, tendo logo alcançado alto nível de crescimento comparado com às outras localidades da colônia. Não ocorreu em Mariana a inversão da cidade política para a cidade mercantil como Lefebvre (2004) teorizou, porque Mariana já surgiu por razões econômicas e sua formação físico-territorial e social foi moldada pelas relações de produção.

Com o declínio do Ciclo do Ouro, Mariana não se destacou como cidade mercantil, pois sua economia estava principalmente ligada à extração mineral. Na década de 1920 (com a instalação da luz elétrica e com a implantação da estrada de ferro fazendo a ligação com Ouro Preto) houve algum crescimento econômico no município com a instalação de pequenas indústrias. Mas foi somente quando empresas de mineração se instalaram no município na década de 1970 que novamente Mariana experimentou crescimento econômico, agora já como cidade industrial.

O crescimento econômico experimentado por Mariana repercutiu diretamente no seu território. A industrialização trouxe consigo a extensão do tecido urbano, o êxodo rural e a subordinação do agrário ao urbano. Essas características foram mostradas em tabelas no capítulo 3 nas quais se percebe o aumento da população urbana, a diminuição da população rural, o incremento do setor terciário, a redução do setor primário. No Mapa de Evolução Urbana de Mariana (ver Anexo 1) é possível perceber claramente o aumento na ocupação do território após a implantação das indústrias de mineração.

Como foi visto no capítulo 1 o urbano está sempre em constituição, abrangendo a totalidade do território do município. O urbano exprime as relações sociais e também (re)age sobre elas.

As transformações econômicas, sociais e de trabalho produziram reações diretas no território de Mariana. O IPHAN era o responsável pela regulação de desenvolvimento urbano de Mariana porém o tecido urbano à época do tombamento não ia muito além do centro histórico, como se observa no Mapa de Evolução Urbana de Mariana (Anexo 1). Com a expansão do seu território, não houve um

órgão que atuasse como instância reguladora de crescimento. O governo local não tomou para si a responsabilidade de fazê-lo, e a cidade cresceu sem um direcionamento definido, ou seja, sem planejamento.

Houve o que se pode chamar de explosão da cidade: um crescimento em tamanho, em funções e complexidade, uma enorme concentração de elementos no espaço urbano, seja de pessoas, coisas, meios ou atividades, processos urbanos, que interagem ou reagem entre si.

Em meio a todos esses processos, o turismo busca se desenvolver. Ao se pesquisar sobre as possíveis interações ou divergências entre os processos urbanos e o turismo, descobre-se que não há interação ou divergências. Não há praticamente turismo. A pergunta que se fez no início da pesquisa, sobre como o planejamento do turismo tem levado em conta os outros processos urbanos, não pode ser respondida devido ao caráter incipiente da atividade turística. É a partir de 2004 que o turismo de Mariana tem um mecanismo de gestão territorial que divide o município em eixos de acordo com uma potencial atratividade turística. Somente com a implantação do Plano Diretor que o desenvolvimento do turismo passou a ser alvo de planejamento.

Percebeu-se que, até então, embora Mariana seja uma cidade potencialmente turística, o turismo no município não havia sido alvo de políticas ou planejamento. Seu apelo cultural, sua importância histórica, arquitetônica e artística não repercutiam em um processo de planejamento do turismo. O conflito entre os outros processos urbanos e as ações voltadas ao desenvolvimento do turismo se mostrou tão forte que o turismo não foi considerado e, durante muitos anos, não foi matéria de planejamento.

Os investimentos no desenvolvimento do turismo são muito recentes e não há ainda um distanciamento temporal mínimo para se perceber seu retorno. As obras que visam a desenvolver o turismo são recentes, e seu início tem menos de 10 anos.

Porém, segundo as entrevistas realizadas, o investimento em turismo é visto com otimismo. Tanto representantes do governo como do empresariado esperam que as obras realizadas e em andamento tragam visibilidade e interesse pelo turismo em Mariana.

Não é apenas a proximidade do município de Ouro Preto que explica a fragilidade do turismo em Mariana. A falta de interesse e de investimento turístico na cidade foi um fator determinante também.

É possível observar em Mariana alguns turistas que rodeiam seu centro histórico, mas não há retorno para a comunidade, já que estes turistas normalmente não pernoitam no município e consomem produtos e serviços na maior parte das vezes fora da cidade. Os turistas apenas passam pela cidade.

Não foram encontrados dados sobre o percentual de arrecadação da prefeitura com o turismo. Mas sabe-se que a arrecadação com a mineração corresponde a 78% do PIB municipal. O que se avalia é que este fato tenha sido determinante para que o turismo não tenha sido contemplado com investimentos. Mas a visão atual dos gestores públicos é que o minério é uma fonte finita e que o turismo pode trazer um novo alento a um grande número de setores.

O empresariado da rede hoteleira, que também se beneficia da mineração, se mostra otimista em relação ao desenvolvimento turístico de Mariana. Para seus representantes, o turismo trará liberdade aos hotéis e pousadas que ficam à mercê das indústrias.

O turismo em Mariana está diretamente ligado a seu patrimônio histórico e a preservação deste é essencial para o desenvolvimento turístico. E, embora o município tenha diversas obras tombadas, percebe-se que somente isso não é suficiente para a criação de uma demanda turística na cidade. A importância do planejamento do turismo se mostra evidente no caso de Mariana, pois é preciso investimento para que a atividade turística se desenvolva.

Foi percebido que embora diversos investimentos tenham sido feitos em Mariana para preservar, recuperar e valorizar o patrimônio histórico, principal segmento turístico do município, não há ainda um planejamento efetivo do turismo em Mariana.

Todas as ações até agora foram pontuais. A construção do Centro de Convenções, ainda em obras, é, para este estudo, a única ação efetivamente focada no turismo. Ainda assim, sem uma boa administração o Centro de Convenções poderá acabar ficando ocioso, ao invés de incrementar o turismo com eventos e negócios.

Como analisa Schouten (1995, apud ROSS, 2001, p.134), a atração histórica não se baseia na correção científica do produto básico, mas na eficiência do sítio ou da exposição em despertar a curiosidade, em dar asas à imaginação e em constituir um desafio, bem como itens como: a limpeza dos banheiros, a facilidade de estacionar o carro, a escolha de artigos da loja e a qualidade da comida. A eficiência

tem a ver também com a capacidade de gerar uma demanda através de um marketing e uma divulgação eficazes. O planejamento está no cerne da questão e sem ele não adianta Mariana investir na oferta. É preciso conhecer a demanda do turista cultural, é preciso focar e desenvolver a atividade turística com as peculiaridades do município, estabelecer uma estratégia de desenvolvimento do turismo focada no potencial de Mariana. Por enquanto observa-se o importante investimento feito para se recuperar e revitalizar o patrimônio e com grande expectativa que a comunidade espera o crescimento da atividade turística.

Ainda assim, com todo o investimento feito e o cuidado com o patrimônio edificado se mostra insuficiente. O Estado de Minas em 06/04/2009 apresentou uma reportagem que mostrava a precariedade da segurança física e patrimonial da arquidiocese de Mariana com a interdição da igreja de São Francisco de Assis (figura 4) para visitação e cultos por causa da umidade excessiva e ação de cupins. Além disso, existe, segundo o Ministério Público, risco de incêndio, falta de segurança estrutural e preocupação em relação à proteção contra furtos. Na reportagem o perito Adriano Moreira ressaltou o despreparo dos responsáveis pelas igrejas e da comunidade para lidar com situações de risco, destacando a importância da capacitação dos responsáveis para um eventual caso de sinistro.



Figura 4: Igreja de São Francisco de Assis e detalha da trinca – Fonte: <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2067/artigo142084-1.htm>

Isso mostra que o descaso com o patrimônio acarretou danos cuja recuperação trará custos muito altos, de toda a sorte. Estes danos, mais o impacto gerado pelo turismo poderão fragilizar ainda mais a situação dos edifícios.

O espaço urbano é um espaço social e economicamente construído. Além dos recursos naturais e de sua geografia física ele também é formado pelos homens que nele habitam e constroem sua história. Embora não tenha sido possível estabelecer uma relação de interação entre o planejamento do turismo e os diversos processos urbanos de Mariana, hoje a história do município continua sendo construída. Até menos de uma década atrás não havia qualquer investimento de caráter turístico no centro histórico ou nos distritos, o que respondeu à questão do estudo. Ainda que não se tenha chegado à resposta esperada.

O turismo de Mariana enfrentará desafios para o desenvolvimento da atividade turística. Embora investimentos estejam sendo feitos nos conjuntos históricos e culturais a falta de planejamento poderá dispersar estes investimentos. Até agora não há ainda um plano que contemple um projeto de marketing ou de criação de demanda, essenciais para que todo o investimento que está sendo feito tenha visibilidade pelos potenciais turistas.

Com o planejamento turístico é possível que Mariana tenha um foco e objetivos gerais e específicos claros a serem atingidos, bem como o plano traçado para se alcançar estes objetivos. Acredita-se que o planejamento, com todas as suas etapas (pesquisa, levantamento, análise e propostas), é essencial para o desenvolvimento do turismo e harmonização (e não subordinação) com os outros processos urbanos.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.

ARANTES, Otília B. F. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiânia: As imagens da cidade e a produção do urbano. IN: CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Geografia da cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001. p.177-236.

BARRETO, Margaritta. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

----- **Planejamento e organização do turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7ªed. São Paulo: Ed: SENAC, 2002.

BOWLES, Paul. In: Correio da Unesco, setembro/outubro de 1999: 25

BRANCO, Patrícia M. C. **Patrimônio histórico e turístico: Uma Construção Social**. Disponível em www.iphan.gov.br

BRASIL. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CAETANO, R.. A publicidade e a imagem do produto Brasil e da mulher brasileira como atrativo turístico.. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004. Porto Alegre. Anais. São Paulo: Intercom, 2004.

CALDEIRA, Altino B. A Igreja do Carmos em Mariana. **Arquitextos**, São Paulo, vol. 27, n. 3, 2002 Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg027/arg027_03.asp

CAMARGO, H.L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Editora: ALEPH, 2002.

CAMPESINO, A. Las ciudades patrimonio de la humanidad: Estrategias turísticas. In **Turismo Urbano y patrimonio cultural**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998.

CARDOSO, Patrícia de M., CYMBALISTA, Renato, NAKASHIMA, Rosemeire. **Sistematização do Plano Diretor do Município de Mariana, MG. Lei Complementar nº16, de 02 de janeiro de 2004**. Instituto Polis, 2004.

CEARRA, Alfonso M. Bilbao: los valores en el desarrollo de la ciudad. In: **Nexus** nº 35, Nuevas políticas para el turismo cultural: retos, rupturas, respuestas. Invierno 2005-2006 – p. 50-51

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001

CHOU, José W. T., ANDRADE, José R. L. Intervenção arquitetônica e produto turístico. In: **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.6. n.4. 2006. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=144>>. Acesso em: 24 fev. 2007

CONTI, Sergio. Espaço global *versus* espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COSTA, Heloisa S. M., COSTA, Geraldo. Repensando a análise e a *práxis* urbana: Algumas contribuições do espaço e do pensamento ambiental. In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CUNHA, Alexandre M., MONTE-MÓR, Roberto L. M. **A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII**

para o XIX em Minas Gerais. Diamantina, 2000. Disponível em:
<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2000/CUNHA.pdf>.

Acesso em: 11 de julho de 2008

DAMASCENO,

DIAGNOSOE PROGNOSE – Plano Diretor de Ouro Preto. Ouro Preto, 1991.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural.** Recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 657p.

FERREZ, Gilberto. **Marianna.** Revista da Semana, Rio de Janeiro, (S.I.) 1933.

FLEURY, Ana Carolina. **Um pé na modernidade, outro na tradição.** Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1268/pag8.html>

FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: **Termo de Mariana – História e Documentação.** Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FRANCO, Nery A. D. **Potencialização do turismo das ruínas jesuíticas na região das Missões.** Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/000078.pdf> Acesso em: 23 maio 2007

FREY, Bruno. La economia política Del turismo cultural: alguns aspectos. In: **Nexus** n° 35, Nuevas políticas para el turismo cultural: retos, rupturas, respuestas. Invierno 2005-2006 – p. 51-53.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (org). **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

GASTAL, S. (Org). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002

GASTAL, Suzana. **O tempo na tecitura pós-moderna: entre o museu-acontecimento e o souvenir-memória**. Trabalho apresentado ao NP 19 – Comunicação, Turismo e Hospitalidade, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004.

GONÇALVES, Gisela. **Questionamento à volta de três noções: grande cultura, cultura popular e cultura de massas**. Setembro, 1998. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/goncalves-gisela-Questionamento.htm> >. Acesso em 02/11/06

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola. 15° ed. São Paulo, 2006.

HAZIN, Ana Lúcia, OLIVEIRA, Cleide G. de, MEDEIROS, Rejane P. de. Cultura e turismo: interação ou dominação? In: trabalhos para discussão. **Fundação Joaquim Nabuco**, out. 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/121.html> > Acesso em: 23 maio 2007.

IPHAN. **A Instituição**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2007

IRVING, Marta. A; AZEVEDO, Julia. **Turismo – O Desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

JACQUES, Paola B. Espetacularização Urbana Contemporânea. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**. Ano 2, 2004. FERNANDES, Ana e JACQUES, Paola B. (org.). Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004. p. 23-31

JENCKS, Charles e SUDJIC, Deyan. As construções ainda possuem valor simbólico? **Prospect Magazine** 19/06/2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/prospect/2005/06/19/ult2678u19.jhtm>> Acessado em: 09 abr 2007.

KEESING, Roger. **Theories of Culture**. Vol.3. Califórnia: Palo Alto. 1974.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das Viagens. 3 ed. São Paulo: Editora Aleph, 2003

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEI COMPLEMENTAR Nº 016 de 02 de janeiro de 2004. Institui o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana e dá outras providências.

LEMOS, M. B.; SANTOS, Fabiana e CROCCO Marco. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACCANNEL, Dean. El destino de lo simbolico en la arquitectura para el turismo. In: **Nexus** nº 35, Nuevas políticas para el turismo cultural: retos, rupturas, respuestas. Invierno 2005-2006 – p. 11-17.

MARTINS, Clerton. Identidade: percepção e contexto. In: MARTINS, Clerton.(Org). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MATOS, Carlos A. de. Crescimento metropolitano na América Latina: Los Angeles como referência. In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1. A reinterpretação do passado histórico. **Vitruvius, arqutexto 003**, ago/00. <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp007.asp>. Acessado em 08 de outubro de 2008.

MENGOZZI, Frederico. Nova York? Descubra antes a sua cidade. In: **Host** Setembro de 2004. Disponível em:

http://www.revistahost.com.br/publisher/preview.php?edicao=0904&id_mat=78

Acessado em: 23 maio 2007.

MICHAUD, Yves. Más allá del turismo cultural. In: **Nexus** n° 35, Nuevas políticas para el turismo cultural: retos, rupturas, respuestas. Invierno 2005-2006 – p. 3-5.

MOESCH, Marutschuka. **A produção do saber turístico**. 2 edição. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MONTANER, Josep M. Tecido Urbano e paisaje cultural. In: **Nexus** n° 35, Nuevas políticas para el turismo cultural: retos, rupturas, respuestas. Invierno 2005-2006 – p. 24- 27.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1999b. (Circulação interna)

----- . **Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1999a. (Circulação interna)

----- . A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil Contemporâneo. In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NEVES, Berenice A.C. Patrimônio Cultural e Identidades. In: MARTINS, Clerton (Org). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003

NIEMEYER, Oscar. Estadão.com.br. Os museus que criei fizeram expandir o turismo. Entrevista concedida ao Estado por email. **Portal Estadão**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/turismo/noticias/2007/mar/13/274.htm> Acessado em: 23 maio 2007.

PETROCCHI, M. **Planejamento e gestão do turismo**. São Paulo: Futura, 2002.

PRIORE, Mary Del. Et al. **O Livro de Ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2001. 397p.

RODRIGUES, A. B. A urbanização no Brasil e o fenômeno do turismo. In: **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1999 (124-147)

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (org). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus, Campinas, 1997

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton . **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Hucitec. São Paulo, 1988

SHOUTEN, F. **Improving visitor care in heritage attractions**. Tourism Management, v16. 1995. p259-261.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis**. Critical Studies of Cities and Regions. Blackwell Publishing, 2006.

TASSIS, B. ; ALVES, F. G. . **A Importância da Cultura e Identidade para o Turismo**. Anais. Encontro Nacional de Turismo com Base Local, v. 2, 2007.

UNESCO. **Mariana recebe Praça da Sé restaurada**. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/noticias/ultimas/mariana-recebe-praca-da-se-restaurada>. Acessado em: 27 de novembro de 2008.

VAINER, Carlos B. Pátri, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VASCONCELLOS, Camilo de M. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006

VAZ, Lílian F. A “culturalização” do planejamento e da cidade. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**. Ano 2, 2004. FERNANDES, Ana e JACQUES, Paola B. (org.). Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004. p. 31-43

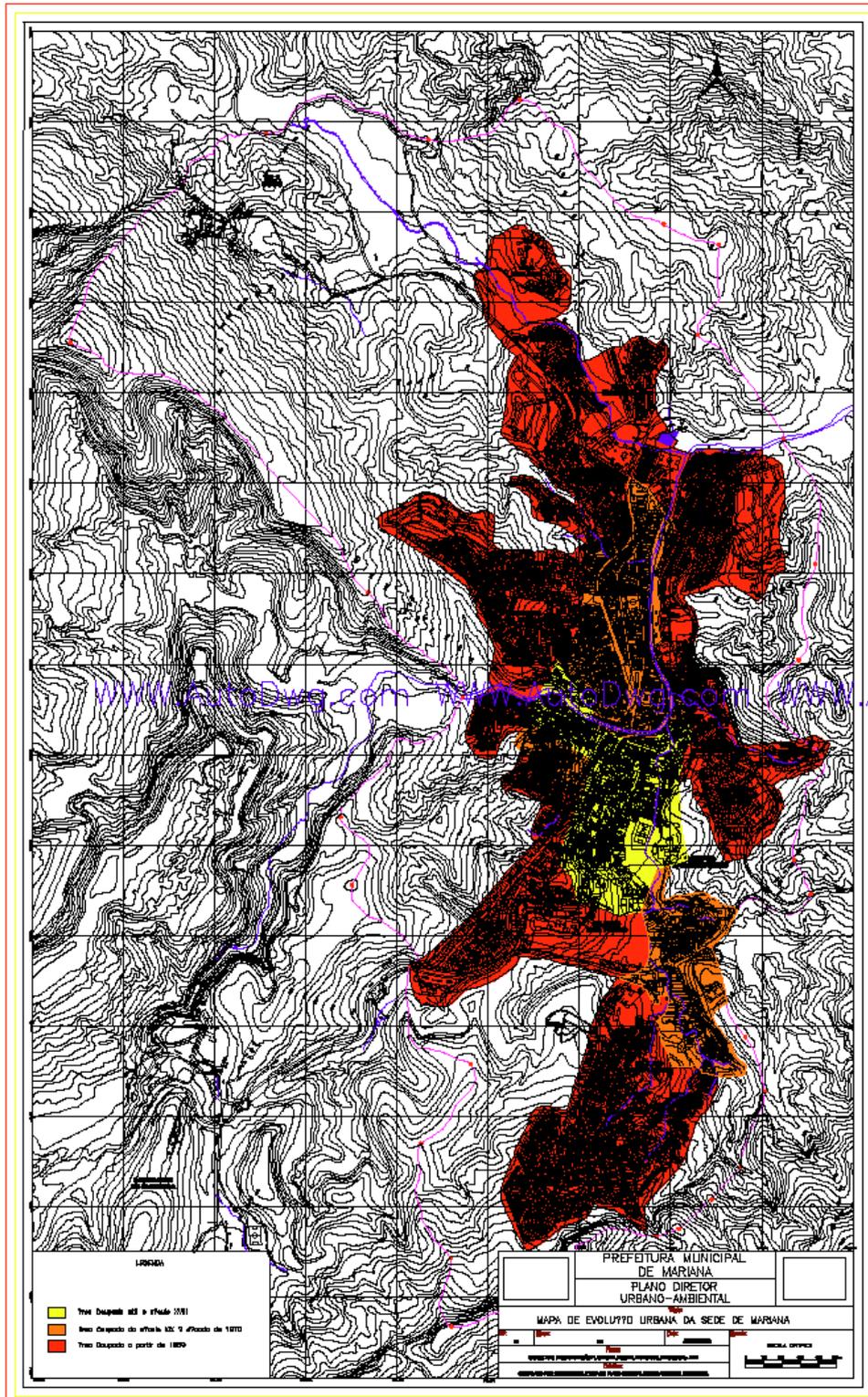
VIEIRA, Natalia Miranda. **A Imagem diz tudo? O espaço urbano como objeto de consumo**. Em: Bahia, Análise & Dados. V.9, Num. 2. Salvador, 1999

VINUESA, Miguel A. T. e TORRALBA, Libertad T. Turismo cultural: um segmento emergente de difícil quantificación. In: **Nexus** n°35, Nuevas políticas para el turismo cultural: retos, rupturas, respuestas. Invierno 2005-2006 – p. 18-24.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo. Aleph, 2007.

ANEXOS

ANEXO – 1



AutoDwg.com

APÊNDICES

Guias das entrevistas semi-estruturadas

APÊNDICE - 1

Guia da entrevista com representante da Secretaria de Cultura e Turismo de Mariana.

1. Qual a importância do turismo para Mariana?
2. Qual a principal atividade turística de Mariana?
3. Solicitação de dados referentes a infra-estrutura turística de Mariana.
4. Solicitação de dados econômicos da atividade turística de Mariana.
5. Informações sobre os investimentos feitos na estrutura turística.
6. Informações sobre outras atividades que concorrem com o turismo em Mariana
7. Quais os principais problemas que o desenvolvimento da atividade turística enfrenta em Mariana?
8. Quais as principais metas para o desenvolvimento do turismo?
9. Existe um conselho do turismo? As decisões são discutidas com representantes da sociedade?
10. Reforma do Lago de São Pedro dos Cléricos, Reforma da Praça Sé, Desmonte do Ginásio Poliesportivo e construção do Centro de Convenções, Reestruturação da Maria Fumaça que liga a Ouro Preto (feita pela Vale), Consolidação de 2 (dois) acessos viários sendo um pelo centro histórico, são ações para preservação do patrimônio ou é diretamente um investimento para incremento do turismo?
11. Existe uma ação conjunta com a cidade de Ouro Preto?
12. A impressão que se tem é que a preocupação com o patrimônio se deu a partir do incêndio da Igreja do Carmo onde houve uma mobilização da sociedade em prol da edificação. Quando a preocupação com a preservação do patrimônio se deu?

APÊNDICE – 2

Guia da entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico

1. Em Mariana qual a principal atividade econômica em termos de arrecadação hoje?
2. E em termos de investimentos?
3. Quais foram as principais metas e investimentos desta secretaria visando o desenvolvimento econômico?
4. Qual a importância do turismo para Mariana? E para a economia de Mariana?
5. Quais os principais problemas na sua visão que o desenvolvimento do turismo encontra?
6. Quais seriam então as ações necessárias para incrementar o desenvolvimento do turismo em Mariana?
7. Existe alguma ação para incentivar o investimento do setor privado no turismo?

APÊNDICE – 3

Guia da entrevista com os representantes do setor hoteleiro

1. Qual a capacidade da rede hoteleira em Mariana?
2. Existe um levantamento do número de turistas que se hospedam em Mariana?
3. Qual a ocupação média deste hotel / pousada?
4. Como se faz a distinção entre o hóspede turista e o hóspede prestador de serviços?
5. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela rede hoteleira?
6. Quais as maiores dificuldades do desenvolvimento do turismo em Mariana?
7. Quais deveriam ser as metas para o desenvolvimento do turismo?
8. Na sua opinião, órgãos como o IPHAN e o MONUMENTA, atrapalham ou engessam o desenvolvimento do turismo ou são aliados?
9. As obras que foram realizadas foram boas (importantes) para a rede hoteleira? E para o turismo? O que pode melhorar?
10. A preocupação com o patrimônio é importante para o turismo em Mariana?

APÊNDICE – 4

Guia da entrevista com representante da Secretaria de Obras

1. Como o problema do crescimento desordenado e seu impacto visual no centro histórico é tratado?
2. Existe alguma obra específica para o desenvolvimento do turismo?
3. Existe diferença nas ações dentro e fora do centro histórico?
4. Como se deu os processos da escolha das obras que foram realizadas?
5. O Patrimônio Histórico (e o desenvolvimento do turismo) concorre com outras atividades?
6. Quais seriam ainda as ações e obras necessárias para o desenvolvimento do turismo na sua visão?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)